



## Índice

- 01** Com sem-terras, guaranis voltam às ruas contra mudanças em demarcações
- 02** Prefeito Olarte anuncia implantação da quinta aldeia urbana
- 03** Boletim Mundo: Cardozo diz a ruralistas que Ministério da Justiça vai "ajustar limites" dos direitos indígenas
- 04** Depois de 36 horas geraizeiros suspendem a greve de fome e sede
- 05** Hutukara Associação Yanomami denuncia aumento de casos de malária
- 06** Associação União das Aldeias Apinajé-Pempxá: "A agressividade e ofensiva do agronegócio"
- 07** Indígenas são atendidos debaixo de lonas em Oriximiná, PA
- 08** A alavanca da Kátia Abreu
- 09** Dourados: Guerreiro Guarani-Kaiowá executado com dois tiros na cabeça
- 10** As vésperas da Copa, time de ameaçados lança campanha por direitos no Brasil
- 11** Índios comparam ruralistas a bandeirantes em protesto contra a PEC 215
- 12** JnT denuncia a Vale em Carajás: "Minério de ferro, viagem sem retorno"
- 13** Plantão pelos povos indígenas de Mato Grosso do Sul
- 14** Alto Pantanal recebe Ação Povo das Águas nesta segunda-feira
- 15** Instituições governamentais discutem quadro socioeconômico dos Tembé em Santa



Maria

- 16** Com audiências em andamento, relatório da PEC 215 está prestes a ser entregue
- 17** "Dilma acha que precisamos consumir e ter chuveiro quente", diz líder indígena
- 18** Aguilera pede e rede de iluminação pública começa a ser reparada na Reserva Indígena
- 19** Latifúndios indígenas e o movimento dos sem terra
- 20** "Missão Mato Grosso" apresenta imagens em museu
- 21** De origens humildes até a universidade
- 22** Povos indígenas de Rondônia realizam encontro e divulgam carta com reivindicações
- 23** "Pela defesa dos direitos indígenas e quilombolas e contra a criminalização de nossas lideranças"
- 24** Por demarcações, índios planejam protestos na Copa
- 25** Marcelo Semer: "Índio punido pela comunidade: ausência do direito de punir do Estado..."
- 26** Mercado Institucional: Avaliação de programas no Brasil
- 27** Peru: Bagua No se Olvida! Yacumama Vencerá...
- 28** Polícia Federal identifica antropólogos de ONGs e servidores da Funai que financiaram manifestação de índios em Brasília
- 29** Audiência no Ministério dos Transportes debate situação de rodovias no RS
- 30** PF investiga firmas falsas para formar o SDD



## **Com sem-terras, guaranis voltam às ruas contra mudanças em demarcações**

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 06.06.2014

*Manifestação ocorre ao mesmo tempo em que deputados federais debatem PEC 215 no Legislativo paulista. Índios são contra levar ao Congresso palavra final sobre novas terras*

São Paulo – Acompanhados por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento Passe Livre (MPL) e do Comitê Popular da Copa, cerca de 150 guaranis de aldeias localizadas na cidade de São Paulo voltaram às ruas na tarde de hoje (6) para protestar contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215. Apresentado em 2000, o texto pretende retirar do governo federal a prerrogativa de demarcar terras indígenas no país.

Os índios começaram a se concentrar nos arredores da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo por volta das 14h. O local foi escolhido porque, neste mesmo horário, a Comissão Especial sobre Demarcação de Terras Indígenas da Câmara dos Deputados conduzia no Palácio Nove de Julho uma conferência para discutir a PEC 215, a oitava realizada no país desde setembro de 2013, quando o grupo foi criado.

Os guaranis, porém, não quiseram participar do debate: se limitaram a marchar pelos arredores do parlamento paulista com suas faixas e cantos tradicionais. "Preferimos dialogar com a sociedade, e não com os ruralistas", revelou Marcos Tupã, liderança da Comissão Guaraní Yvyrupa (CGY), organização política que congrega guaranis do Sul e Sudeste do país.

Além do arquivamento da PEC 215, as mensagens que os índios levaram às ruas pediam a demarcação das duas terras indígenas que ficam em São Paulo: a Terra Indígena Tenondé Porã, na zona sul da cidade, e a Terra Indígena do Jaraguá, na zona norte, que, com apenas 1,7 hectare para abrigar 800 guaranis, é a menor área de ocupação indígena do Brasil.

Ambas já tiveram seus relatórios antropológicos aprovados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) há mais de um ano, e esperam a assinatura do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, declarando os territórios como áreas de ocupação tradicionais passíveis de demarcação pela Presidência da República.

Por isso, durante o protesto, os guaranis carregaram bonecos de Cardozo com os dizeres "Ministro que perdeu a caneta", em referência ao que consideram uma demora em assinar a portaria declaratória. A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), os deputados federais Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Paulo César Quartieiro (PSD-RR) também foram hostilizados – e acabaram malhados feito Judas, com pontapés e flechas.

No final, após ocuparem simbolicamente o Monumento às Bandeiras, os quatro bonecos foram queimados. O rosto de outros políticos considerados "inimigos" da questão indígena, como Luiz Carlos Heinze (PP-RS), Alceu Moreira (PMDB) e o sojicultor Blairo Maggi, acabaram servindo de



máscaras para os bandeirantes retratados na escultura modernista de Victor Brecheret. Assim, os guaranis materializaram um dos principais slogans da manifestação: "Bandeirantes de ontem, ruralistas de hoje", uma vez que comparam o massacre indígena promovido pelos desbravadores paulistas à expansão do agronegócio – que, dizem, está acabando com a cultura indígena.

Dentro da Assembleia Legislativa, cerca de 30 pessoas assistiram à conferência sobre a PEC 215, entre elas os deputados federais Junji Abe (PSD-SP), membro da Comissão Especial sobre Demarcações de Terras Indígenas, e Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da proposta na Câmara. "Precisamos de novos instrumentos para controlar o trabalho da Funai", defendeu Serraglio à RBA após sua intervenção na conferência. "Pensamos que essa tarefa pode ser desempenhada pelo Congresso. O Executivo faria tudo o que tem que fazer e, no final, assim como acontece com as concessões de rádio e televisão, ouve o Congresso, que representa o povo brasileiro."

O deputado afirma, porém, que esse não é o único caminho proposto pelos parlamentares favoráveis às mudanças no processo demarcatório. "Se a transferência dessa prerrogativa ao Legislativo criar muitas dificuldades, até porque o governo federal é contra, tudo bem: o importante é que acha uma instância externa à Funai", pontua, considerando irrelevante o prazo dado pelo órgão indigenista para contestações dos territórios passíveis de demarcação. "Quem protege os indígenas não pode julgar os processos relativos aos índios."

Os guaranis que vivem nas aldeias de São Paulo discordam radicalmente. Ao contrário do deputado, denunciam que o Congresso conta com presença majoritária de parlamentares comprometidos com os interesses do agronegócio – e que transferir ao Legislativo a palavra final sobre demarcações enterraria a possibilidade de que novas aldeias sejam definidas no país.

"A PEC 215 também abre possibilidade de que os parlamentares revejam os limites das terras indígenas e reduzam suas dimensões", lembra Marcos Tupã, liderança da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), organização que congrega guaranis do Sul e Sudeste. "Hoje eles estão discutindo a proposta aqui na Assembleia Legislativa, uma proposta que contraria o artigo 231 da Constituição e que vai dificultar cada vez mais as demarcações. Viemos mostrar ao povo que somos contra."

"A princípio, apoiamos incondicionalmente os indígenas na reconquista de seus territórios", explica Michel Navarro, membro da regional Grande São Paulo do MST, justificando a presença do movimento camponês ao lado dos guaranis. "Agora a bancada ruralista está viajando pelo Brasil, com audiências públicas, tentando angariar apoio para aprovar a PEC 215. Sabemos que a bancada ruralista é a mais forte do Congresso e que na realidade o que querem é avançar sobre os territórios indígenas."

Para Navarro, o avanço do agronegócio sobre as terras indígenas e quilombolas do país é uma das características do modelo econômico impulsionado pelo governo federal, e que o MST classifica como neodesenvolvimentista. "É a manutenção do Brasil como um país exportador de riquezas e a apropriação desenfreada do capital sobre os recursos naturais", define. "Nossos assentamentos também sofrem com isso."



---

**Prefeito Olarte anuncia implantação da quinta aldeia urbana**

SÍTIO A CRÍTICA/ MS, 06.06.2014

A Prefeitura de Campo Grande encaminhará estudos para implantação da quinta aldeia indígena urbana na cidade. A informação foi prestada hoje (6) pelo prefeito Gilmar Olarte, durante o ato em que ele deu posse aos 17 membros do Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas, no auditório do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Planurb).

Esta é uma das prioridades do conselho, a implantação da quinta aldeia municipal, na região do Imbirussu, ainda nesta gestão. O prefeito Gilmar Olarte se mostrou solícito à criação da aldeia. "Queremos caminhar em conjunto com os povos indígenas, eles fazem parte de nossa sociedade. Com o conselho é que teremos a visão clara de suas necessidades. Nos próximos dias, vamos realizar estudos e fazer encaminhamentos para a implantação da quinta aldeia indígena, no Indubrasil, que é um desejo antigo de vocês, e também queremos fazer a escola bilíngue para as aldeias, nas línguas terena e guarani", enumerou.

Atualmente, existem quatro aldeias urbanas em Campo Grande: Água Bonita e Tarsila do Amaral, na região do Segredo, Darcy Ribeiro, na região do Prosa e Marçal de Souza, na região do Anhanduizinho. A população de indígenas na Capital é estimada em 10 mil pelas lideranças das etnias.



## **Boletim Mundo: Cardozo diz a ruralistas que Ministério da Justiça vai "ajustar limites" dos direitos indígenas**

SÍTIO CIMI, 06.06.2014

Por Carolina Fasolo,  
De Brasília (DF)

Durante reunião na manhã dessa quarta-feira (4) com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, na Câmara dos Deputados, o ministro José Eduardo Cardozo disse à bancada ruralista que a postura do Ministério da Justiça (MJ) em relação à questão indígena no Brasil continuará sendo a de "mediar conflitos" por meio das mesas de diálogo. "Costumam dizer que direitos não se negociam. A mediação não é para abrir mão de direitos, mas para fazer ajustes dos limites desses direitos", explicou o ministro.

Um dos caminhos para o "ajuste de direitos" pretendido pelo ministério seria a efetivação da Minuta de Portaria proposta por Cardozo para 'regulamentar' o Decreto nº 1775/96, o que inviabilizará a demarcação de terras indígenas. Apresentada pelo ministro em dezembro de 2013, a Minuta foi repudiada por organizações indígenas e indigenistas, que entregaram um parecer jurídico à Cardozo, enfatizando os equívocos da proposta (leia aqui).

Desde então a Minuta está parada no MJ, mas a bancada ruralista continua pressionando o ministro. O deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS) ordenou à Cardozo que acabe com o processo de demarcação no município de Faxinalzinho (RS). "Diga para esses índios, ministro, tenha o peito de dizer: 'pessoal vai embora, aqui não é área indígena!'. Sobre a demarcação de Mato Preto, outra terra indígena do RS, Heinze atacou: "Se vocês tivessem a decência necessária teriam eliminado aquele processo!".

Em resposta, Cardozo inicialmente fez um apelo para que os parlamentares com presença em áreas de conflito adotem postura de pacificação. "Seria muito importante, deputado Heinze, que pessoas com a envergadura de Vossa Excelência, com a representatividade de Vossa Excelência e outros deputados ajudassem a pacificar essas regiões". E depois acrescentou: "Uma coisa eu quero dizer deputado Heinze, com toda a franqueza e lealdade, o Ministério da Justiça não tolera violência, venha de onde vier! Contra a transgressão, contra a incitação à prática de crimes nós seremos duros! Porque há pessoas incitando a prática de crimes. E quem incitar vai responder nos termos da lei!", reforçou o ministro.

Uma queixa-crime contra os deputados Heinze e Alceu Moreira (PMDB/RS) tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) (leia mais). Os parlamentares foram denunciados por racismo e incitação ao crime por terem declarado, publicamente, que índios, quilombolas, gays e lésbicas são "tudo o que não presta" e incentivado produtores rurais a contratar segurança privada para expulsar índios das terras "do jeito que for necessário".

Em resposta ao pedido dos ruralistas para que o MJ elimine os procedimentos demarcatórios, Cardozo declarou que "o Poder Executivo não pode suspender os processos de demarcação sem  
CONT.



causa jurídica”, e explicou à bancada a manobra que se pretende com a publicação da Minuta: “Nós (MJ) concordamos que temos que instruir melhor os processos e por isso elaboramos a Minuta de Portaria”. Caso seja efetivada, grupos contrários à demarcação passarão a interferir desde os primeiros momentos no procedimento de identificação e delimitação das terras indígenas, inviabilizando até mesmo o trabalho de campo dos profissionais e estudiosos.

Ainda não convencido, Heinze investiu contra os ministros: “Os senhores não querem resolver esse assunto. Se quisessem, nós dessa Casa já tínhamos regulamentado o artigo 231. Nós já tínhamos feito a PEC 215, que não anda porque o governo não quer. O que queremos é resolver, e resolver tem solução legislativa e do próprio Executivo”. Também convocado para a reunião, Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, ponderou: “Temos tido muitos problemas. Há pressões de todos os lados, vocês viram a semana passada”, referindo-se às manifestações da Mobilização Nacional Indígena (veja aqui).

O deputado Padre João (PT/MG) reagiu às declarações dos ruralistas: “O que acontece é que a elite brasileira, muito bem representada aqui, está raivosa. Cada vez mais raivosa porque não tolera os índios resgatarem o que lhes pertence”, disse aos ministros. “Quando vêm falar que a PEC 215 resolve é uma farsa. A PEC 215 aprofunda a crise, porque eles (bancada ruralista) não querem resolver o problema dos brasileiros. Querem resolver o problema deles, do latifúndio, do agronegócio. É esse o ‘problema’ que eles querem resolver”, ressaltou o parlamentar.

Sobre a PEC, Cardozo foi enfático: “Somos contrários à PEC 215. Essa PEC é inconstitucional, ela fere o art. 2º da Constituição Federal. Ela retira atribuição administrativa típica do Poder Executivo e passa essa atividade para o Legislativo, o que evidentemente fere cláusula pétrea. Ela é inconstitucional. Se for aprovada pelo Congresso eu não tenho a menor dúvida de que será decretada como inconstitucional pelo STF, mediante Ação Direta de Inconstitucionalidade que fatalmente será promovida pelo Ministério Público Federal”, salientou o ministro.

Gilberto Carvalho ainda demonstrou aos deputados que as porções de terra reivindicadas pelas populações indígenas são mínimas e não comprometerão o agronegócio. “Não se trata de grandes porções de terras que venham a prejudicar a agricultura nacional. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, até hoje foram demarcadas 2,28% das terras do estado, e o máximo que se poderá chegar é mais 1%. No Rio Grande do Sul, apenas 0,39% das terras, chegando a até 1,5% ou 2% no máximo, se todas as terras forem demarcadas. O estado de Santa Catarina tem 0,87% do território destinado aos indígenas, podendo chegar ao máximo de 2%. Então não há nenhuma ameaça de tomada de grandes terras da agricultura nacional”. No entanto, Carvalho sinalizou que o governo não vai retirar os proprietários das terras indígenas, e que os processos continuarão paralisados. Defendeu ainda a mediação como “único caminho possível”, tal como defende o ministro Cardozo.

Esta notícia compõe o boletim semanal O Mundo Que Nos Rodeia. Para recebê-lo ou enviar sugestões de pauta escreva para [mundo@cimi.org.br](mailto:mundo@cimi.org.br)

Para mais informações sobre os deputados que compõe a bancada ruralista do Congresso Nacional acesse o site A República dos Ruralistas

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 100 / 2014

Brasília, 09 de junho de 2014.

Ouçá aqui (<http://imagem.camara.leg.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=48456>) a íntegra da audiência na Câmara dos Deputados:

Assista às declarações públicas dos parlamentares Luis Carlos Heinze e Alceu Moreira que estimulam o ódio e violência contra as populações tradicionais:

[https://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=v2vEQFxBH4](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=v2vEQFxBH4)

[https://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=PjcUOQbuvXU](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=PjcUOQbuvXU)



---

**Depois de 36 horas geraizeiros suspendem a greve de fome e sede**

SÍTIO CIMI, 09.06.2014

Dezesseis representantes de povos e comunidades tradicionais do cerrado que estavam em greve de fome e sede desde a última quarta-feira, 04 de junho, na Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF), suspenderam a greve de fome ontem à noite (05), após reunião com a ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira e representante do Ministério Público Federal.

Confira a nota dos geraizeiros:

Nesta quinta-feira, 05, às 21 horas, os grevistas decidiram interromper a greve de fome e sede, após o governo anunciar a assinatura, até quarta-feira (11/06/2014), do decreto de criação da RDS Nascentes dos Gerais. A Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira assumiu compromisso pessoal de acompanhar o processo, fazer todas as negociações necessárias, encaminhar a Casa Civil e negociar a agenda de assinatura do Decreto com a Presidenta Dilma Rousseff.

No acordo feito, hoje pela manhã o processo seria levado pelo Roberto Vizentim, presidente do ICMBio para a Ministra do Meio Ambiente que convocaria força tarefa no Ministério para concluí-lo e encaminhá-lo a Casa Civil. Foi criado um observatório de monitoramento deste acordo, formado por pesquisadores e representantes de organizações residentes em Brasília. A greve foi suspensa temporariamente. Os geraizeiros afirmam que, se necessário, retomarão a greve de sede e fome e voltarão a Brasília.

Agradecemos o apoio e solidariedade das organizações e pessoas de todo o Brasil, que se mobilizaram para enviar solicitação de posicionamento ao Ministério do Meio Ambiente. Agradecemos também a imprensa que deu ampla divulgação ao ato. A luta não termina aqui! Temos a certeza de que juntos, somos mais fortes.

**MOVIMENTO GERAIZEIRO: GUARDIÃO DO CERRADO**



## **Hutukara Associação Yanomami denuncia aumento de casos de malária**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.06.2014

Por Cyneida Correia, Editoria de Cidade da Folha de Boa Vista

A Hutukara Associação Yanomami denunciou aumento no número de casos de malária entre os yanomami nos últimos 10 anos, apesar do aumento dos gastos do Governo Federal com a saúde indígena. Segundo informações da entidade, o investimento aumentou seis vezes, mas, no mesmo período, a incidência de malária subiu de 41,8 por mil habitantes para 70,6.

A entidade denuncia custos com aviões para transportar doentes da Terra Indígena para Boa Vista. Em 2013, R\$ 21 milhões foram para a conta de duas empresas de aviação, exatamente metade dos R\$ 42 milhões despendidos pelo Ministério da Saúde em ações na área yanomami.

A reserva yanomami ocupa uma área de 9.664.975 hectares em Roraima e no Amazonas. A população é de aproximadamente 20 mil índios, divididos em 228 comunidades.

“Não falta dinheiro, mas faltam médicos, equipamentos e medicamentos. A saúde dos índios só piora!”, dizem os representantes da entidade em documentos enviados ao Governo Federal e à imprensa, que destaca que hoje a saúde indígena não conta mais com assistência permanente de equipes de enfermeiros, médicos e profissionais de enfermagem nos polos-bases.

Os novos casos da doença, registrados na TI (Terra Indígena) Yanomami, expõem a baixa qualidade do atendimento à saúde indígena, segundo a Hutukara, que afirma, em um relatório, que 70 casos da doença foram registrados por servidores da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) na semana que passaram na região. Este número se aproxima da situação vivida pelo povo yanomami nas décadas de 1980 e 1990, quando tiveram as terras invadidas por milhares de garimpeiros.

“Apesar de o Governo Federal ter triplicado o volume de recursos enviados para a saúde nos últimos dez anos, o aumento no número de casos demonstra que algo está errado com a gestão dos recursos”, aponta o relatório.

Além dos fatores que sempre contribuíram para a entrada da doença, como a presença constante de garimpeiros e frentes de colonização, consta que a Hutukara teria identificado problemas no gerenciamento do DSY (Distrito Sanitário Yanomami) e os consequentes efeitos na qualidade e intensidade das ações de controle da doença.

Conforme a Hutukara Associação Yanomami, o problema realmente é preocupante e as lideranças indígenas reclamaram, por diversas vezes. Inclusive com denúncias no Ministério Público Federal e encaminhamento de documentação do que está ocorrendo para Brasília (DF). Mas, até agora, nada mudou no quadro, segundo as lideranças.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 100 / 2014

Brasília, 09 de junho de 2014.

**MORTALIDADE INFANTIL** - A mortalidade infantil dos índios yanomami atingiu o índice de 113 por mil nascidos vivos em 2013 – semelhante aos africanos Serra Leoa e Somália, assolados por guerras, conforme o relatório enviado ao Governo Federal. Para outros parâmetros de comparação, o coeficiente de mortalidade infantil no Brasil, em 2012, foi de 12,9 por mil nascimentos.

**OUTRO LADO** – A equipe de Reportagem da Folha procurou a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), mas, até o fechamento da matéria, às 20 horas, não houve retorno.



**Associação União das Aldeias Apinajé-Pempxá: "A agressividade e ofensiva do agronegócio"**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.06.2014

Faltando pouco mais de quatro meses para as eleições e já estamos testemunhando alguns candidatos em plena campanha político eleitoral. Com essa finalidade esses indivíduos estão correndo e mobilizando seus cabos eleitorais nos municípios e realizando articulações políticas em todo o Estado do Tocantins.

De repente alguns desses candidatos como num passe de mágica estão aparecendo nas aldeias, com ar de "inocentes" oferecendo presentes, doando "pacotes" de bondades e realizando certas "ações" como se estivessem fazendo favores. Também como estratégia para iludir e enganar a população, mais uma vez esses falsos representantes do povo voltam às comunidades repetindo as mesmas promessas feitas em campanhas passadas.

No mês de fevereiro desse ano, políticos mobilizaram a população de Tocantinópolis e região pela pavimentação asfáltica da rodovia TO 126 que corta a Terra Indígena Apinajé. Além de não índios, o movimento eleitoral envolveu alguns indígenas da região da aldeia Mariazinha, usados politicamente com a finalidade de pressionar a FUNAI, IBAMA e MPF para liberação no grito da Licença Ambiental da mencionada obra sem o devido cumprimento das Normas Legais.

Nesse contexto de campanha eleitoral, esses políticos estão se envolvendo em episódios "inusitados". O fato mais delirante aconteceu na aldeia Mariazinha no último dia 02/06/14, quando alguns instrutores e técnicos do SENAR teriam ido ministrar cursos de formação para índios daquela comunidade. Na ocasião a senadora ruralista Kátia Abreu, presente no evento, sem nenhum remorso ou escrúpulos vestiu e se enfeitou de Apinajé e as fotos foram postadas na internet.

É comum e faz parte de nossa cultura oferecer aos visitantes enfeites e ornamentos como colares, cocares e pulseiras. Todavia no caso da senadora Kátia Abreu o "ritual" pegou mal e lhe rendeu muitos protestos e reclamações nas redes sociais e na própria comunidade Apinajé.

Por sua atuação parlamentar desfavorável aos interesses das populações indígenas, quilombolas e agricultores familiares, a senadora vem sendo muito criticada e repudiada pelas organizações indígenas e camponesa do Brasil. É público e notório que durante seu mandato a senadora Kátia Abreu e sua bancada ruralista têm se revezado na tribuna do Senado Federal proferindo discursos ofensivos e dessa forma incitando uma infame campanha contra os Direitos Constitucionais dos Povos indígenas, incluindo as tentativas de aprovação da PEC 215/2000.

Em razão desse histórico infeliz de contradições, ponderamos que a nobre senadora deveria evitar andar nas aldeias indígenas, ainda que fosse convidada. Ressaltamos que nossos verdadeiros aliados, defensores e amigos da causa indígena que reconhecemos não usam de

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 100 / 2014

Brasília, 09 de junho de 2014.

métodos inconvenientes para chegar a nossas comunidades. Esses estilos fingidos de fazer política não passam de uma desprezível afronta perpetrada por quem tem interesses de insultar e atingir as legítimas bases de nossas organizações indígenas e camponesas do Estado do Tocantins e do Brasil.

Denunciamos e repudiamos essa postura abusiva, incomoda e inadequada de alguns políticos e requeremos do MPE- Ministério Público Eleitoral do Estado do Tocantins, o acompanhamento e fiscalização do Processo Eleitoral em curso, para que não ocorram excessos e vícios que venham enganar e confundir o eleitor. Podemos assim prevenir e evitar situações que possa futuramente gerar dúvidas sobre a licitude e validade desse ato democrático de escolher nossos governantes por meio do voto. Que em nossa compreensão deve ser exercido pelos cidadãos brasileiros de maneira livre, refletida e consciente.

Terra Indígena Apinajé, junho 06 de de 2014.



**Indígenas são atendidos debaixo de lonas em Oriximiná, PA**  
SÍTIO G1/SANTARÉM, 07.06.2014

*Casa de Saúde Indígena (Casai) está superlotada.  
Ministério da Saúde diz que projeto de nova Casai está em elaboração.*

Índios do município de Oriximiná, no oeste do Pará, estão sendo atendidos debaixo de lonas na Casa de Saúde Indígena (Casai). Os alojamentos improvisados, que são feitos pelo próprios índios, se dá por conta da superlotação na casa de saúde.

A Casai atende casos de baixa complexidade e funciona como abrigo para os indígenas que precisam de atendimento médico e exames na cidade. "Os índios ficam ali, debaixo de chuva e de sol, durante três, cinco dias, dependendo do caso", explicou ao G1, um índio que não quer ser identificado. Segundo ele, os indígenas, que somam mais de 15 etnias atendidas na casa, também reclamam da falta de estrutura.

A técnica em enfermagem da Casai, Lourdes de Carvalho, afirma que alguns índios preferem ficar debaixo das lonas. "É o costume deles. Tem uns que nem querem ficar dentro da casa, ficam debaixo da lona que eles montam, eles já vem da aldeia com todo o material", explica.

Lourdes conta ainda que a casa possui três quartos, que são priorizados para os idosos, puérperas (mulheres que tiveram filhos recentemente) e pacientes que foram operados. Os demais são alocados nos alojamentos improvisados, do lado de fora da casa. Ela conta que trabalha há 11 anos com a saúde indígena e revela que, ultimamente, a casa tem ficado cada vez mais lotada.

Além dos atendimentos em pacientes, a Casai também abriga os familiares. "A capacidade deve ser para, no máximo, umas 60 pessoas e nós devemos ter 100 pessoas aqui. A maioria vem acompanhada da família, alguns trazem até os filhos porque não tem com quem deixar na aldeia", relata Lourdes.

**Nova Casai em Oriximiná**

Ao G1, o Ministério da Saúde informou que está prevista a construção de uma nova Casai em Oriximiná, cujo projeto está em fase de elaboração. Para a Casai atual, estão sendo tomadas providências para melhorar as acomodações do local com empresa já contratada para realizar os serviços. Já o Polo Base de Oriximiná foi reestruturado e equipado com mobiliário novo e está em pleno funcionamento.

Ainda segundo o Ministério da Saúde, a região também ganhará reforço no atendimento com a  
CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 100 / 2014

Brasília, 09 de junho de 2014.

construção de um posto de saúde na aldeia de Mapuera, a maior da localidade. O projeto já foi concluído e está em fase de licitação.

A região conta ainda com contrato de hora/voo para remoção de pacientes de urgência e emergência e transporte de equipes para as áreas. A aldeia Mapuera já conta com sistema de abastecimento de água funcionando e na Aldeia Tawanã já se iniciaram os serviços para construção de sistema de abastecimento de água.

A região de Oriximiná é atendida por três Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena, compostas por dois médicos do programa Mais Médicos, e está em fase de contratação de mais profissionais para formação de nova equipe, incluindo um odontólogo.



### **A alavanca da Kátia Abreu**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.06.2014

José Ribamar Bessa Freire, Taqui Pra Ti

Responda sem pestanejar: o Brasil ganha a Copa? Ganha caso o Felipão conte com pontos de apoio, digamos assim, como a bunda do Hulk ou o topete arrepiado do Neymar. Mas há quem duvide por achar isso ainda insuficiente. Para a senadora Kátia Abreu (PMDB, TO, vixe, vixe), além de ponto de apoio, precisamos da alavanca de Aristóteles para empurrar a seleção e torná-la hexacampeã. Alavancado por Aristóteles, aí sim, Hulk faz um gol de bunda e o Brasil fica com o caneco. Aristóteles não falha.

A senadora Kátia Abreu está convencida de que tudo depende da alavanca do filósofo grego, cujo poder miraculoso é capaz, em sua imodesta opinião, de colocar o Brasil nas cabeças, tanto a seleção brasileira quanto o agronegócio. Licenciada do comando da Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA) para se dedicar à sua reeleição ao Senado, ela escreveu na Folha de São Paulo o artigo A Alavanca de Aristóteles (24/05/14), justamente sobre o setor do agronegócio.

Confessou, nesse artigo, que chegou a "relatar à presidente Dilma nosso temor de que a desatenção para com esse setor levasse o pecuarista a procurar alternativa mais rentável". Reivindicou mais recursos para o seguro agrícola, elogiou a criação de "um canal direto entre o setor e o governo" que funcionou nos últimos três anos, quando "fomos relativamente pouco penalizados", se rejubilou com "as condições de financiamento à avicultura, à suinocultura, à agricultura de precisão, a hortigranjeiros e à pecuária de leite" e concluiu com frase contundente:

- Aristóteles já dizia: "Dê-me uma alavanca e moverei o mundo". Num país como o nosso, dê o agro a um governante sensato e ele moverá o Brasil. Escreveu e assinou embaixo: Kátia Abreu.

Eureka

Depois de publicado, Kátia Abreu não podia mais apagar a gargalhada que estrondou "num país como o nosso" do Chuí ao Gurupi. Foi ridicularizada, sob o argumento de que pisou feio na bola, pois a alavanca não é de Aristóteles – o filósofo nascido em Estagira (384 a.C.), mas de Arquimedes – o matemático e físico de Siracusa, que só surgiu um século depois (287 a.C.). Por que os assessores tão bem remunerados não explicaram à senadora que quem mexia com alavancas, roldanas e catapultas era Arquimedes, morto por um soldado romano, e não o aluno de Platão?

Uma leitora lembrou que o sacrifício de Arquimedes tinha sido em vão, ele quase contraiu

CONT.



pneumonia ao tomar banho e sair só de cueca, no frio, gritando – Eureka! Eureka! – quando descobriu, ao entrar na banheira, que era possível calcular o volume de um corpo qualquer, que desloca uma quantidade de água igual ao seu próprio volume.

Katia com Aristoteles e Arquimedes

De que adiantou tanto sofrimento, se a colunista que escreve semanalmente num grande jornal atribuiu os créditos a outro autor? Arquimedes, se pudesse, reescreveria a frase na lápide de sua sepultura: “Noli turbare alavancam meam, Katia Agronegotiorum, regina motoserrae”, ou traduzido ao neolatim falado atualmente em Tocantins “Deixa minha alavanca em paz, Kátia do agronegócio, rainha da motoserra”.

Diante dos comentários jocosos, Kátia Abreu foi obrigada a reconhecer o erro em nota publicada no dia seguinte na Folha: “RESPOSTA DA COLUNISTA KÁTIA ABREU – Por um lapso de memória, atribuí a Aristóteles uma frase de Arquimedes. A confusão autoral não invalida o paralelo que quis traçar – e que reitero – entre a alavanca e o agronegócio. Perdão, leitores”.

Lapso de memória? Conta outra. Até mesmo o leitor que perdoou, não acreditou no “lapso de memória”. Teria sido assim, se ela soubesse e tivesse esquecido momentaneamente. Mas ela não sabe. Podia ter perguntado a qualquer aluno Guarani, Kaingang e Xokleng da Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Santa Catarina, pois todos eles conhecem Aristóteles e Arquimedes. No entanto, a senadora insiste que não importa de quem é a alavanca; o fundamental é que ela impulse o agronegócio e – eu acrescento – a seleção brasileira.

Dialeto dórico

- “Cala a boca, Magda” – implorou uma leitora para quem a senadora “é o retrato acabado do pedantismo das nossas elites sonadoras offshore burras que comem ovo e arrotam caviar, atribuindo a Aristóteles uma frase de Arquimedes”.

- Bastava a senadora consultar o Google para não cometer erro tão lamentável. Um vexame! – comentou um leitor, que pessoalmente não dá importância a essas firulas, mas só considera grave por que a autora trata os índios como “primitivos” e “selvagens”, se sentindo superior a eles.

Google? A senadora – imagina! – é demasiado erudita para tarefa tão mezinha. Por extrema modéstia, ela não quis revelar que tal confusão se deu porque leu o texto de Arquimedes, no original, em grego antigo, que conhece e fala fluentemente. No entanto, como o grego que ela domina é o dialeto cipriota, houve um quiproquó, já que o texto de Arquimedes foi escrito em grego dórico, dialeto falado em Siracusa.

Ora, todo mundo sabe que os nomes mudam de uma língua para outra. Por exemplo, o autor do taquigrati, em português, é este locutor que vos fala – uma celebridade municipal, mas será outra pessoa se seu nome for traduzido ao inglês – Joseph Oversea Verymuch – ou ao francês – Joseph Au-delà de la mer Davantage. Da mesma forma, Arquimedes, em cipriota, vira algo parecido com Aristóteles que – convenhamos – dá mais ibope. Às vezes, pecamos por excesso

CONT.



de erudição. Foi o que aconteceu com Kátia, que não quis perguntar nem ao Google nem aos índios. Por orgulho besta.

A senadora Kátia Abreu aborda a questão indígena, em alguns de seus artigos semanais, com o mesmo “lapso de memória” com que tratou a alavanca de Aristóteles; os “lapsos de memória” são frequentes especialmente quando se trata de reconhecer as terras indígenas. Aborda qualquer assunto com a mesma erudição, com a mesma seriedade e com a mesma profundidade, como seu recente pronunciamento contra a Lei da Palmada: “É absurdo querer determinar aos pais, pela lei, como devem zelar ou tratar seus filhos” – ela declarou.

Enfim, a forma como a colunista da Folha domina o pensamento dos pré-socráticos, dos estoicos, dos epicuristas, dos platônicos e dos cínicos nos faz suspeitar ter ela lido, de cabo a rabo, as 300 páginas da Sínderese do Cônego Walter Gonçalves Nogueira, cujas aulas de filosofia, no Curso Clássico, em Manaus, demonstraram cabalmente, pelos efeitos causados, que “Filosofia é a ciência com a qual ou sem a qual a gente fica tal e qual”. Ou, como disse o corintiano Sócrates: “Só sei que nada sei”. Êpa! Foi ele mesmo quem falou? Ou foi o Valdemar Carabina, zagueiro do Palmeiras? Pera lá que vou consultar o Google.

P.S. Agradeço a jornalista Leda Beck que, fascinada, me chamou a atenção para a erudição e o refinamento da senadora e ao meu amigo Renan de Freitas Pinto, leitor voraz, cujo livro de cabeceira é um igapó encharcado de cópias de ofícios e memorandos e se tornou best seller em Coari, cidade natal do autor: NOGUEIRA, Walter Gonçalves (Cônego). Sínderese sobre a Faculdade de Filosofia do Amazonas. Manaus: Sérgio Cardoso Editor, 1962, 298p.



---

**Dourados: Guerreiro Guarani-Kaiowá executado com dois tiros na cabeça**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.06.2014

Por Tereza Amaral

O guerreiro Carvalino Kaiowá, 61 anos, foi executado com dois tiros na cabeça por volta das 22:00h de ontem. Dois jovens que iam trabalhar encontraram o corpo próximo da aldeia na manhã deste sábado. O indígena morava na área retomada Gwyrakambiy na propriedade do fazendeiro Cícero Bastos. O corpo se encontra no IML de Dourados.

Com a retirada da Força Nacional do Mato Grosso do Sul devido à Copa, indígenas estão cercados numa sucessão de episódios extremamente violentos. Desde a última quinta-feira o indígena Guarani-Kaiowá Anderson Vegas está desaparecido depois de ter sido abordado por policiais civis no Distrito de Bocajá. Eles tomaram a sua moto, o teriam prendido e até o momento a família não consegue localizá-lo, segundo informações repassadas a este Blog.

Na semana passada o cacique Expedito da Silva foi interceptado por uma caminhonete de cor vermelha e Valmir Guarani-Kaiowá, genro de Nísio Lopes, foi sequestrado, torturado e abandonado amarrado a uma árvore depois de colocarem um líquido amargo em sua boca. Ele conseguiu se desamarrar e sobreviveu ao ataque de quatro homens encapuzados.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 100 / 2014

Brasília, 09 de junho de 2014.

**As vésperas da Copa, time de ameaçados lança campanha por direitos no Brasil**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.06.2014



Onze pessoas que colocam suas vidas em risco e são criminalizadas por defender direitos fundamentais. Essa é a seleção da campanha Linha de Frente: Defensores de Direitos Humanos, que vai ser lançada na próxima terça (10), às 10h, em coletiva de imprensa, e a partir das 18h, em atividade cultural, em São Paulo (detalhes abaixo). O objetivo das organizações Justiça Global, Terra de Direitos e Front Line Defenders, que promovem a iniciativa, é sensibilizar a opinião pública a respeito das sistemáticas violações de direitos no país do futebol.

Se por um lado o Brasil é signatário de diversos tratados e convenções internacionais de Direitos Humanos, isso não corresponde à dura realidade de ameaças sofridas pelos que lutam por direitos individuais, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais no país. Ao invés de serem reconhecidos por promoverem avanços na democracia e terem sua luta garantida pelo Estado Brasileiro, os defensores são perseguidos e criminalizados por empresas e pelo próprio Estado.

Quem são eles? Conheça os casos.

A campanha aborda onze casos de defensores e defensoras de direitos humanos, recuperando a luta política que perpassa as suas vidas e de suas comunidades. Originários de diversas partes do território nacional, eles têm trajetórias de enfrentamento em diferentes temas. As recentes violações em nome da realização de megaeventos no país são relatadas e vivenciadas por Vitor Lira, do Rio de Janeiro. A mãe de maio Débora Silva, de São Paulo, relembra a força e a luta das vítimas de violência policial nas periferias urbanas das cidades brasileiras. As dificuldades e enfrentamentos da luta LGBTT são trazidas à tona por Indianara Siqueira, do Rio de Janeiro, e Márcio Marins, do Paraná.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 100 / 2014

Brasília, 09 de junho de 2014.

Já a militância do povo Tupinambá pelo reconhecimento de sua identidade indígena e de seu território é narrada a partir da história do Cacique Babau, da Bahia. A resistência quilombola na luta pelo respeito ao território e à herança africana são representadas por Rosivaldo Correia, do Pará, e Rosemeire Santos Silva, da Bahia. Do Mato Grosso do Sul vem a luta Guarani-Kaoiwá pela demarcação de seus territórios, representada na figura do Cacique Ládio Veron. A vulneração dos modos de vida tradicionais de pescadores e ribeirinhos ecoam nas histórias de João do Cumbe, do Ceará. Já os conflitos agrários e as violações de direitos sistematicamente vivenciados no campo são contados através dos relatos de Laísa Santos Sampaio e Osvalinda Pereira, do Pará.

Mais informações:

Coletiva de Imprensa com os defensores Cacique Babau, Débora Silva, Rosemeire Santos Silva, Cacique Ládio Veron, Márcio Marins e Indianara Siqueira.

Quando: Terça, dia 10 de junho, às 10h

Onde: Av. Paulista 575 – 19º andar (Auditório da Conectas)

A partir das 18h, haverá bate-papo com defensores e exposição de fotos e vídeos que contam as suas vidas produzidos pela Mídia Ninja, além de atividades culturais e uma apresentação do artista Curumim. As atividades acontecerão no Centro Cultural Jongo Reverendo.

Quando: Terça, dia 10 de junho, a partir das 18h

Onde: Rua Inácio Pereira da Rocha, 170 – Vila Madalena (Centro Cultural Jongo Reverendo)



## **Índios comparam ruralistas a bandeirantes em protesto contra a PEC 215**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.06.2014

*Diante da possibilidade de mudanças no processo de demarcação de terras, indígenas convocam movimentos sociais para resistir às violações patrocinadas pelo agronegócio*

Por Guilherme Zocchio e Beatriz Macruz, Repórter Brasil

Cerca de 200 índios da etnia guarani, acompanhados de outros 100 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento Passe Livre (MPL) e do Comitê Popular da Copa do Mundo, realizaram nesta sexta-feira, dia 6, um protesto em São Paulo (SP) contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215. Eles pedem o arquivamento do projeto, que transfere a tarefa de demarcação de territórios indígenas e áreas quilombolas do Poder Executivo para o Congresso Nacional.

“Estamos aqui hoje para mostrar nossa insatisfação com uma política de Estado”, explicou à Repórter Brasil Karaí Popygua, liderança indígena e morador da aldeia Tekoa Pyau, na terra indígena Jaraguá, localizada no extremo norte da capital paulista. “Estamos resistindo a todas essas investidas. Queremos muito que o governo respeite os nossos territórios e demarque os nossos espaços, para que possamos viver de uma maneira justa em nossas terras”, acrescenta.

Os manifestantes ocuparam os dois sentidos da avenida Pedro Álvares Cabral —“homenagem ao primeiro branco que invadiu nossas terras”, como lembraram os índios —, em frente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), onde ocorria uma audiência pública para discutir a PEC 215, organizada por integrantes da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), a chamada bancada ruralista. De acordo com os índios, a iniciativa faz parte de uma série de tentativas dos ruralistas de fortalecer a proposta e conseguir sua aprovação. Os manifestantes afirmam que não participam dessas atividades com o objetivo de não legitimar o projeto.

“Seria inútil participar da audiência. A gente já sabe o que significa essa PEC”, afirmou Jera Guarani, residente da terra indígena Tenondé Porã (veja mais abaixo), nas imediações de Parelheiros, extremo sul de São Paulo (SP). Segundo ela, a iniciativa dos ruralistas tenta enganar os povos indígenas ao argumentar que no âmbito legislativo a demarcação de terras seria mais rápida.

Ela ressaltou que, por conta da força da bancada ruralista e da sub-representação de índios no Congresso, dificilmente a medida seria benéfica. “Todo mundo sabe, e principalmente os índios, que se a demarcação de terras cair nas mãos deles não vai haver mais demarcações”, salienta.

“A PEC 215 é absolutamente inconstitucional. Ofende a Constituição a começar pela quebra da separação de poderes”, disse o jurista e professor aposentado da Faculdade de Direito da USP,

CONT.



Dalmo Dallari, em entrevista à reportagem. Ele estava presente na audiência que ocorria ao mesmo tempo do protesto no interior da Alesp (veja box acima). "As tarefas administrativas são de competência do Executivo e o que se está pretendendo é que o Congresso participe da demarcação de terras, que é atividade essencialmente administrativa." "Outro ponto é que a PEC permite a revisão de terras já homologadas. Não é possível constitucionalmente essa revisão que, em muitos casos, significa retirar direitos fundamentais", completou Dallari.

Comissão Guarani Yvyrupa fecha a avenida Pedro Álvares Cabral em São Paulo. Foto: Beatriz Macruz

#### Ruralistas e bandeirantes

Durante o ato, os indígenas malharam bonecos representando membros da bancada ruralista, como a senadora Kátia Abreu (PMDB/TO) e o senador Blairo Maggi (PR/MT), e os deputados Alceu Moreira (PMDB/RS), Luiz Carlos Heinze (PP/RS) e Paulo César Quartiero (DEM/RR). E também afixaram cartazes com o rosto dos parlamentares no Monumento às Bandeiras, vizinho ao Parque do Ibirapuera, em São Paulo (SP), e nas proximidades da Alesp.

"Os ruralistas de hoje são os bandeirantes de ontem, e por meio da caneta querem nos matar como nos mataram no passado com suas armas de fogo", afirmam os índios em um manifesto divulgado nesta sexta-feira. "Enquanto os brancos homenageiam em estátuas, ruas e rodovias aqueles que nos mataram, seus governantes continuam encarnando o espírito dos bandeirantes. Pedro Álvares Cabral foi o primeiro ruralista. E muitos o sucederam", acrescenta o documento. "[Eles] têm o espírito dos bandeirantes, aqueles que usam de seu poder para enriquecer e concentrar terras, enquanto nós povos originários continuamos nas beiras de estrada, espoliados de nossos tekoa, e grandes massas de excluídos seguem sem ter onde dormir, sem ter onde morar, sem ter onde plantar."

#### Jaguata katu joupiveguari!

Organizados em torno da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), que reúne no município de São Paulo guarani do Sul e Sudeste do Brasil, os índios também conclamam, segundo o manifesto divulgado hoje, que "movimentos sociais do campo e da cidade se unam para formação de uma frente única contra os ruralistas". Conforme afirmam, políticos ligados à bancada ruralista e empresários do ramo do agronegócio estão entre os principais patrocinadores da violação de direitos contra índios, pequenos agricultores, trabalhadores sem-terra e outros povos tradicionais.

"Qualquer movimento do campo, historicamente, sofre um ataque da oligarquia rural e, hoje, do que a gente chama de agronegócio, com a mídia e o capital financeiro, que avançam em territórios sobre os quais ainda não têm controle", aponta Michel Navarro, da coordenação regional do MST. As organizações citam no manifesto, por exemplo, o deputado federal Luiz Carlos Heinze, que em uma declaração recente classificou homossexuais, quilombolas e indígenas como "tudo aquilo que não presta". Recentemente, o parlamentar foi, juntamente com seu colega Alceu Moreira (PMDB/RS), alvo de uma representação por racismo e incitação ao crime, apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF).

"Da mesma forma que ocorre com os indígenas, acontece com os assentamentos [da reforma agrária]. Então, para a gente enfrentar a concentração de terras e a força do agronegócio no

CONT.



Congresso, precisamos fazer uma ampla aliança, sobretudo com os povos do campo”, lembra o integrante dos Sem Terra.

O ato durou cerca de três horas. Ao longo da manifestação, os índios entoavam cânticos e celebravam a sua cultura. “Jaguata katu joupiveguari!” e “Nhanembaraete joupiveguari!”, ouvia-se durante a passeata. Em guarani, eles queriam dizer: “Vamos andar juntos, todos aqueles que são iguais. Vamos ficar fortes, todos aqueles que são iguais!”.

Vazia, audiência não tem participação indígena

Organizadores da audiência no interior da Alesp, os deputados federais Osmar Serraglio (PMDB/PR) e Junji Abe (PSD/SP), integrantes da bancada ruralista, argumentaram, na abertura do evento, que “pretendiam ouvir todas as parcelas da sociedade brasileira envolvidas”. Mesmo assim, a sessão estava esvaziada e contava com de pouco mais de 20 presentes, com maioria de representantes de entidades ligadas ao agronegócio. Nenhum indígena compareceu.

Também estiveram presentes o procurador da República Walter Claudius Rothemburg, o jurista Dalmo de Abreu Dallari, o desembargador do Tribunal Regional da 3ª Região (TRF-3) Luiz Stefanini e o diretor da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesb), Angelo Munhoz. Além deles, participaram representantes da Sociedade Rural Brasileira, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo.

Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo também é alvo de protesto

A população guarani que reside na Grande São Paulo distribui-se hoje em seis aldeias, que fazem parte de duas Terras Indígenas atualmente em processo de regularização fundiária. A demora em solucionar os problemas nessas terras fez com que o ministro José Eduardo Cardozo também fosse alvo de protestos na tarde desta sexta-feira.

Duas aldeias, denominadas Aldeia Ytu e Aldeia Pyau, localizam-se no Pico do Jaraguá e compõem a Terra Indígena Jaraguá. As outras quatro aldeias localizam-se no extremo sul da metrópole, na Terra Indígena Tenondé Porã, duas delas em Parelheiros (Aldeia Barragem e Aldeia Krukutu), uma próxima ao distrito de Marsilac (Tekoa Kalipety) e a última em São Bernardo do Campo (Aldeia Guyrapaju). Hoje, a Funai reconhece que esse território deveria abranger 16 mil hectares (Para pesquisar sobre as terras indígenas existentes no Brasil, clique aqui).

A Terra Indígena Jaraguá, situada na Zona Norte da capital e que, segundo a CGY, é a menor do Brasil, concentra aproximadamente 700 guarani em 1,7 hectare, embora a Funai reconheça que deveria abranger 532 hectares. A aldeia Pyau fica fora dos 1,7 hectare já regularizados e atualmente há uma decisão judicial que determina o despejo dos Guarani que ali habitam.

O processo de demarcação conforme a metragem reconhecida pela Funai agora depende do Ministério da Justiça e os guarani reivindicam a publicação imediata da Portaria Declaratória de todas as Terras Indígenas na Grande São Paulo.



**JnT denuncia a Vale em Carajás: “Minério de ferro, viagem sem retorno”**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.06.2014

[https://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=y73MmOq9aUg](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=y73MmOq9aUg)

**Justiça nos Trilhos**

‘Minério de ferro, viagem sem retorno’: da Amazônia Brasileira às montadoras alemãs é uma produção da Misereor, Organização dos Bispos Católicos Alemães que há 50 anos trabalha no combate à pobreza em países da África, Ásia e América Latina.

A produção conta em 28 minutos o cotidiano de comunidades que são impactadas pelo Programa Grande Carajás, no estado do Maranhão e Pará. A organização responsável pela produção é apoiadora de projetos desenvolvidos pela Rede Justiça nos Trilhos. Através do documentário, ela também mostra como é o trabalho dessa rede na defesa dos povos impactados por grandes projetos de desenvolvimento.

A produção reflete sobre o processo de exploração e exportação do minério de ferro, da Serra de Carajás – PA. Para que seja feita a extração e o transporte do minério, desde as minas até os países para onde são exportados, centenas de comunidades sofrem diversos impactos, como remanejamentos, poluição, interferências da Estrada de Ferro Carajás, dentre outros.

O documentário alerta ainda os consumidores sobre a origem dos produtos que são adquiridos. Você sabe de onde vem a matéria-prima para construir esse carro? Perguntas simples que se respondidas acabam denunciando a atuação da empresa Vale. S.A, maior mineradora brasileira.

“Viagem sem retorno” também faz referência aos lucros que são obtidos com a mineração, mas que não retornam às comunidades que são afetadas.

**Plantão pelos povos indígenas de Mato Grosso do Sul**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.06.2014



Lucimara V. Vaz

Com a retirada da Força Nacional do Mato Grosso do Sul devido à Copa, indígenas estão cercados numa sucessão de episódios extremamente violentos. Anteontem, sexta-feira, o Carvalino Kaiowá, 61 anos, foi executado com dois tiros na cabeça, por volta das 22 horas. Dois jovens que iam trabalhar encontraram o corpo próximo da aldeia na manhã deste sábado. Desde a última quinta-feira, o indígena Guarani-Kaiowá Anderson Vegas está desaparecido, depois de ter sido abordado por policiais civis no Distrito de Bocajá. Eles tomaram a sua moto, teoricamente o prenderam, e até o final da tarde de ontem (sábado, 07/06/14), a família não havia conseguido localizá-lo.

Na semana passada o cacique Expedito da Silva foi interceptado por uma caminhonete de cor vermelha, e Valmir Guarani-Kaiowá, genro de Nísio Lopes, foi sequestrado, torturado e abandonado amarrado a uma árvore depois de colocarem um líquido amargo em sua boca. Ele conseguiu se desamarrar e sobreviveu ao ataque de quatro homens encapuzados.

Estamos tentando impedir mais mortes, via clamor popular às autoridades, nos endereços abaixo. Ajudem-nos nessa vigília!! Telefone ou mande e-mails para as pessoas abaixo listadas, exigindo que garantam a segurança dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul!

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 100 / 2014

Brasília, 09 de junho de 2014.

---

Telefones:

Coordenadora Geral de Pesquisa

Cristina Neme

55 (61) 2025.9286 / 2025.9168 / 2025.9236 / 2025.9643

E-mail – [estatistica@mj.gov.br](mailto:estatistica@mj.gov.br)

e-mail: [luciane.moraes@mj.gov.br](mailto:luciane.moraes@mj.gov.br)

Telefone: 55 (61) 2025.3635

Coordenador do SINESPJC

Rafael Rodrigues de Sousa

e-mail: [rafael.rodrigues@mj.gov.br](mailto:rafael.rodrigues@mj.gov.br)

Telefone: 55 (61) 2025.3233

Endereço:

Ministério da Justiça

Secretaria Nacional de Segurança Pública

SCN Qd. 06 Conjunto "A" Torre "A" 1º Andar

Sala 112 Shop Do Inoxping ID CEP: 70.716-900 Brasília-DF

Assessoria de Comunicação Social

Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul

(67) 3312-7265 / 9297-1903

(67) 3312-7283 / 9142-3976

[www.prms.mpf.gov.br](http://www.prms.mpf.gov.br)

[ascom@prms.mpf.gov.br](mailto:ascom@prms.mpf.gov.br)

<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/cidadao>



---

**Alto Pantanal recebe Ação Povo das Águas nesta segunda-feira**

SÍTIO CAPITAL NEWS, 08.06.2014

O Programa Social Povo das Águas atenderá nesta segunda-feira (9) moradores da parte alta do Pantanal sul-mato-grossense. A equipe multidisciplinar da Prefeitura de Corumbá estará no Porto Maracangalha atendendo ribeirinhos da região de Domingos Ramos, das 8h às 12h.

Segundo informações da Prefeitura de Corumbá, na terça-feira os trabalhos serão levados para o Porto do Zequinha, na região do Castelo, também das 8h às 12 horas. No período da tarde, das 14h às 17h, a ação estará no Porto Santa Catarina, na região da Ilha Verde.

Na quarta-feira, dia 11, as tarefas serão novamente divididas. Na parte da manhã o barco com os funcionários do município estará aportado na frente da Extensão Paraguai Mirim da Escola Municipal Rural Pólo Porto Esperança. Das 14h às 17 horas a equipe atende os moradores do São Francisco, Mato Grande, Bonfim e Porto Chané.

No dia 12, quinta-feira, serão visitados os ribeirinhos do Amolar e do São Lourenço. A embarcação ficará próxima a Extensão São Lourenço da Escola Municipal Porto Esperança. No dia seguinte, sexta-feira 13, serão atendidas as famílias que residem na região do Rio São Lourenço.

A ação termina no sábado, 14, quando o atendimento chega aos ribeirinhos do Tuiuiú, Piuval e Capim Gordura. O Programa Povo das Águas é realizado pela Prefeitura de Corumbá e coordenado pela Secretaria de Governo. As secretarias de Saúde, Assistência Social e Cidadania, Educação, Produção Rural e a Defesa Civil integram a ação.

A equipe multifuncional do Município é formada por médicos, enfermeiras, dentistas, técnicas de enfermagem, auxiliares odontológicas, agentes de endemias, agentes de saúde, vacinadoras, professoras, assistentes sociais, agrônomo e pedagogas. Ainda neste ano, a Prefeitura, em parceria com a Marinha, já realizou duas ações emergenciais no Alto Pantanal, onde a população ribeirinha foi bastante afetada pela cheia do Rio Paraguai.



---

**Instituições governamentais discutem quadro socioeconômico dos Tembê em Santa Maria**

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 08.06.2014

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater), a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) e outros órgãos públicos das esferas estadual e municipal de Santa Maria do Pará, nordeste paraense, discutem a aplicação de políticas públicas em favor de indígenas da etnia Tembê que vivem no interior do município e apresentam dificuldades de se manterem nas aldeias Jeju e Areal.

A equipe de Governo que trata do assunto já discutiu com os indígenas questões relacionadas à produção de alimentos. Segundo o líder indígena Almir Tembê, existe uma grande preocupação com a falta de alimentos e o que tem ocorrido com a população, que vem sofrendo, inclusive, com desnutrição dentro das aldeias.

Segundo Tiago Leão, engenheiro agrônomo da Emater, dentro das aldeias pode ser observado que as áreas que podem ser utilizadas para o plantio estão em estado de degradação, além disso, no rio que corta as aldeias quase não existe peixe.

A proposta da Emater é da execução de projetos produtivos e o resgate da produção de culturas de subsistência como mandioca, cará e outras raízes que eram a base da alimentação dos Tembê. "Isso já não acontece mais e dentro das aldeias estão sendo introduzidos alimentos que prejudicam os indígenas. As famílias estão em vulnerabilidade social", adianta Leão.

Nos próximos dias 25 e 26 de julho as instituições voltam às aldeias para a realização de um diagnóstico socioeconômico que vai dar direcionamento às ações técnicas.

Iolanda Lopes

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará



---

**Com audiências em andamento, relatório da PEC 215 está prestes a ser entregue**  
SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 08.06.2014

*Repudiadas por índios e indigenistas, audiências antecedem a apresentação do relatório da comissão especial*

Começaram a ser realizadas na última semana as audiências públicas sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000. Na quinta-feira (5), o debate aconteceu na Câmara dos Deputados, em Brasília. Na sexta-feira (6), foi a vez da Assembleia Legislativa de São Paulo receber a audiência.

De acordo com a Agência Senado, o relatório da comissão especial montada para avaliação da PEC será apresentado logo após a realização de mais duas audiências públicas no plenário da Câmara. A próxima está marcada para esta quarta-feira (11), com a presença de representantes dos órgãos públicos que tratam da questão indígena. Após esta audiência, representantes dos produtores rurais participarão da última duas no Congresso.

A inconstitucionalidade da PEC 215 foi, mais uma vez, evidenciada na audiência pública da quinta-feira, na Câmara. O professor Christian Teófilo da Silva, da Associação Brasileira de Antropologia, afirmou que é um risco aos territórios constitucionalmente assegurados a ação de atribuir a parlamentares o que é rotina administrativa do Poder Executivo. A posição, logicamente, foi contraposta pelo relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

O professor também defendeu que a demarcação de terras indígenas continue sendo feita pelo governo, por meio do Ministério da Justiça, que determinaria a extensão de terras segundo seus usos, costumes e tradições, e "livre das pressões de agentes que têm outra lógica de apropriação e desenvolvimento".

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e outras onze organizações indigenistas declararam nessa semana que não participarão das audiências públicas convocadas pela comissão especial da PEC 215. Para eles, as reuniões respondem às agendas eleitorais da bancada ruralista, que tenta transformar em plataforma política a luta de um grupo minoritário de latifundiários contra a demarcação de terras indígenas. Mas não só indígenas, como lembram as entidades, se demonstram contrários à proposta. Juristas, articulistas da imprensa, intelectuais, organizações e movimentos sociais, associações de profissões diversas, ambientalistas e quilombolas também rechaçam categoricamente a PEC 215.

A carta traz as diversas inconstitucionalidades apontadas na PEC 215 como fatores influenciáveis na decisão. Em 2013, a discrepância da proposta foi apontada por um Grupo de Trabalho Paritário, criado por Alves, e formado por parlamentares e indígenas. A inconstitucionalidade também foi apontada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, por conta de um mandado de segurança impetrado pela Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 100 / 2014

Brasília, 09 de junho de 2014.

A PEC 215/2000 transfere do Executivo para o Congresso a decisão final sobre as demarcações de terras indígenas, abrindo prerrogativa para a revisão de processos já homologados - caso do território indígena de Aracruz, norte do Estado - e terras quilombolas e Unidades de Conservação (UCs). Como já afirmado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), pelo menos 72% dos deputados da comissão especial de avaliação da proposta são membros ou aliados da Frente Parlamentar Agropecuária.



**"Dilma acha que precisamos consumir e ter chuveiro quente", diz líder indígena**  
SÍTIO UOL, 09.06.2014

A escalada de conflitos que envolvem índios no país desnudou o racismo dos brasileiros contra seus povos nativos, diz Sônia Guajajara, uma das maiores líderes do movimento indígena nacional. "Até uns dez anos atrás, negavam nossa presença, faziam de conta que não existíamos. O racismo estava escondido", afirma Guajajara, coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). "Hoje o preconceito é muito mais visível e declarado".

Em entrevista à BBC Brasil no fim de maio, quando esteve em Brasília ao lado de outros 500 índios para protestar, ela atribui o acirramento das tensões no campo à suspensão das demarcações de Terras Indígenas pelo governo federal.

Segundo a líder, integrante do povo guajajara, do Maranhão, o governo paralisou as demarcações para não desagradar políticos ligados ao agronegócio e buscar o apoio deles à reeleição da presidente Dilma Rousseff.

Guajajara, de 40 anos, diz ainda que Dilma desconhece os índios brasileiros e ignora suas aspirações. "Ela pensa que, para ficarmos bem, precisamos ter bens, chuveiro quente, casa de alvenaria". "Nossa lógica e nosso modo de vida são outros: qualidade de vida para nós é liberdade, e liberdade é ter nossos territórios livres de ameaças e invasões para produzir sem destruir, como fazemos milenarmente."

Procurados, o Ministério da Justiça e a Presidência não se pronunciaram sobre as críticas de Guajajara. Leia os principais trechos da entrevista.

Ampliar

Índios jogam futebol durante protesto em Brasília e usam bola "Fifa não" 4 fotos

3 / 4

Índios jogam bola durante protesto contra mudanças na demarcação de terras  
REUTERS/Joedson Alves

BBC Brasil - A relação dos índios com o governo federal piorou?

Sônia Guajajara - Piorou bastante, e o desgaste tem ocorrido por conta da omissão do ministro da Justiça [José Eduardo Cardozo] em relação à questão de demarcação de terras. Os conflitos no campo se acirraram, e ele simplesmente suspendeu todos os processos de demarcação em curso.

A Dilma demarcou apenas dez terras em quatro anos de mandato, o pior resultado para um governo desde que nossas terras começaram a ser demarcadas. Há 12 processos de demarcação na mesa do ministro Cardozo que dependem somente da assinatura dele. Esses processos já estão concluídos e não envolvem conflito nenhum. Mesmo assim, ele não assina.

CONT.



---

Eles não querem perder o apoio da bancada ruralista para a eleição da Dilma.

BBC Brasil - O ministro diz que os processos foram paralisados para evitar conflitos e que as soluções devem ser negociadas.

Guajajara - Todas as medidas do governo para tentar resolver agravaram os conflitos. Quando em 2012 saiu a portaria 303 da Advocacia Geral da União [que define a posição do órgão federal quanto à demarcação de terras e, entre outros pontos polêmicos, admite obras nessas áreas se houver "relevante interesse público da União"], grandes fazendeiros voltaram a áreas que haviam sido retomadas por indígenas, e só na Bahia índios instalaram 64 acampamentos de retomada de terra.

Temos a sensação de que as mesas de diálogo não são para resolver. Como se pode fazer diálogo se apenas uma das partes tem de ceder sempre? Não são mesas de diálogo, mas de imposição.

BBC Brasil - O governo e associações rurais dizem que várias das terras reclamadas pelos índios hoje não são ocupadas por grandes fazendeiros, mas sim por pequenos agricultores, que têm os títulos dessas áreas.

Guajajara - Nosso problema não é com o pequeno agricultor. Em quase todas as áreas a serem livradas de intrusos ou devolvidas a indígenas, os pequenos agricultores aceitam sair se receberem indenização. Quem está lutando contra isso e pressionando são os grandes. E o governo não está a fim de pagar, por isso fica se escondendo atrás desse argumento falso.

BBC Brasil - O clima ruim com o governo se deve somente à atuação do ministro da Justiça?

Guajajara - O ministro da Justiça obedece ordens superiores. A Dilma não está nem aí para nós. Para ela, nem existe índio no Brasil. O interesse dela é o avanço da economia e o desenvolvimento, não importa quem estiver no meio.

Durante todo o governo fomos recebidos uma só vez por ela, em junho de 2013, durante as manifestações. Foi até muito simpática, prometeu que nenhum ato de governo seria implantado em Terras Indígenas sem nos ouvir.

Mas o que vemos é o avanço das hidrelétricas e as obras do PAC ocorrendo sem qualquer consulta. Na região do Tapajós [no Pará], quando os munduruku resistiram à construção das hidrelétricas que estão planejadas lá, a presidente publicou o decreto 7957 [que regulamenta o emprego de forças federais em conflitos ambientais]. O decreto permite a entrada da Força Nacional nas Terras Indígenas para facilitar estudos ambientais, mas a presença dela acaba inibindo manifestações.

BBC Brasil - Há espaço para os índios no modelo de desenvolvimento pregado pelo governo?

Guajajara - A Dilma acha que temos que comprar, consumir e fazer cooperativas para ter dinheiro. Ela pensa que, para ficarmos bem, ter qualidade de vida, precisamos ter bens,

CONT.



---

chuveiro quente, casa de alvenaria.

Nas grandes obras, às vezes oferecem às comunidades algum dinheiro, achando que vão resolver os problemas. Mas para o indígena o dinheiro acaba sendo um ponto de conflito, porque não temos o costume de lidar com ele. Não temos essa coisa de acumular riquezas.

Nossa lógica e nosso modo de vida são outros. O que a maioria dos indígenas nas aldeias quer é tranquilidade. Qualidade de vida para nós é liberdade, e liberdade é ter nossos territórios livres de ameaças e invasões para produzir sem destruir, como fazemos milenariamente.

BBC Brasil - Quem o movimento indígena vai apoiar nas eleições?

Guajajara - Estamos numa sinuca de bico. O governo Dilma foi muito ruim para nós, e não há nada que possa mudar nossa revolta, inclusive contra o PT. Mas outro governo de direita do PSDB seria muito ruim também. O Eduardo Campos, apesar de aliado com a Marina Silva, não sabe nem o que são povos indígenas. A Marina acabou se enrolando bastante. É um cenário político muito ruim, que não apresenta nenhuma perspectiva para nós.

BBC Brasil - Quais os temas mais urgentes para os índios hoje?

Guajajara - Tudo é relacionado à terra. Na Amazônia, a demarcação avançou bastante, mesmo assim praticamente todas as Terras Indígenas sofrem a exploração ilegal de recursos naturais.

Em outras áreas os índios ficaram quase sem terra nenhuma. Em Mato Grosso do Sul, a questão é mais urgente por conta da violência. Os pistoleiros entram nas aldeias, e morre gente todo dia. Em São Paulo, tem uma área, a Terra Indígena Jaraguá, em que 600 índios vivem em pouco mais de um hectare!

No Sul, os indígenas também estão sem terras e há mais de 60 acampamentos à beira da estrada. Quando eles resolvem fazer retomada e lutar pelo direito territorial, são presos.

E tem a situação no Nordeste, onde, além da criminalização e falta de terras, os indígenas têm que lutar pelo seu reconhecimento enquanto etnias, enquanto povos. Lá se acirrou muito o preconceito dos que acham que não é índio quem não tem as características físicas associadas aos indígenas. Sabemos que a violência do processo de colonização, que teve abusos de todos os tipos, inclusive sexual, mudou muito as características desses povos. É uma situação que demonstra o preconceito no Brasil contra os indígenas.

BBC Brasil - O preconceito tem aumentado?

Guajajara - Ao mesmo tempo que aumentou bastante o número de brasileiros que se autodeclararam indígenas, aumentou muito mais ainda o preconceito e o racismo. Até uns dez anos atrás, negavam a nossa presença, faziam de conta que não existíamos. O racismo estava escondido. Hoje o preconceito é muito mais visível e declarado.

Teve aquele caso no sul do Amazonas, onde população da cidade de Humaitá se revoltou com  
CONT.



os índios, tacando fogo nas aldeias e nos prédios públicos que cuidam das questões indígenas [os ataques ocorreram em dezembro de 2013 após a morte de três moradores que sumiram enquanto cruzavam uma área da etnia tenharim; desde então, seis índios foram presos e acusados pelas mortes, mas negam o crime].

BBC Brasil - Tem havido no Brasil um forte avanço das políticas afirmativas, especialmente em favor dos negros, como as cotas em universidades e em concursos públicos. Os índios, porém, parecem ainda não ter conquistado o mesmo espaço nessas políticas e nas instituições do Estado. Por quê?

Guajajara - De fato tem avançado bastante a inserção do negro na universidade, inclusive em ministérios e no Parlamento. Mas isso não quer dizer que a situação deles melhorou lá na ponta. Veja a situação dos quilombos. Eles têm as mesmas dificuldades que nós. Temos a preocupação de não ter representantes só por ter. Queremos indígenas nos espaços de decisão, mas com autonomia.



---

**Aguilera pede e rede de iluminação pública começa a ser reparada na Reserva Indígena**

SÍTIO BBC NEWS, 09.06.2014

O vereador Aguilera de Souza (PSDC) solicitou, por meio de indicação na Câmara Municipal de Dourados, que a Prefeitura fizesse a manutenção e a reparação da rede de iluminação pública das aldeias indígenas Jaguapirú, Bororó e Panambizinho e teve seu pedido atendido pela Prefeitura.

Na semana passada, uma equipe percorreu as vias da Reserva Indígena e deu início aos serviços de troca de lâmpadas e a instalação dos braços nos postes que não contavam. A ação vai beneficiar milhares de famílias, segundo diz Aguilera.

O vereador ressaltou a importância que os secretários municipais têm dado aos seus pedidos. "Agradeço ao prefeito e aos secretários por estarem atendendo as indicações feitas por mim. Pedi a troca de lâmpadas e implantação dos braços de lâmpada e prontamente fui atendido. Estou cumprindo meu ofício de vereador, tenho sido muito cobrado e tenho feito meu papel", disse o vereador.

Aguilera solicitou à Enersul o rebaixamento da rede de energia para que outras regiões da Reserva Indígena tenham acesso à iluminação pública e a energia elétrica. Os gerentes da empresa garantiram que a expansão da rede está inclusa no programa "Luz para todos" e que até o final de 2014 as obras serão concluídas.

"Sei dos grandes desafios; nos quatro cantos das aldeias encontramos os problemas de quase 100 anos de abandono, em todas as áreas sociais. Como liderança, nunca vou abaixar minha cabeça diante das críticas, e as tomo como incentivo para trabalhar e contribuir para melhorar a vida do meu povo e honrar a bandeira indígena", ressaltou o vereador Aguilera.



## **Latifúndios indígenas e o movimento dos sem terra**

SÍTIO MUNDO LUSÍADA, 09.06.2014

Em área maior do que a de muitos Estados do Brasil juntos e em que, apesar de o artigo 5º, inciso XV, da CF permitir o livre trânsito, no território nacional, de todos os brasileiros, lá não se entra sem autorização da FUNAI, vivem menos de 800.000 índios de diversas etnias. Vale dizer, 13% do território nacional – área superior à de inúmeros países – foram outorgados para tais cidadãos privilegiados, por esdrúxula e incorreta interpretação da CF (art. 231), que só assegurou aos índios as terras que ocupavam na data da promulgação da Constituição. Fala o texto supremo em terras “que ocupam” e não “que ocuparam”.

A mudança do tempo do verbo, na interpretação oficial, avalizada pela Suprema Corte, todavia, levou à violação de uma cláusula pétrea da Lei Suprema, que assegura a todo brasileiro o direito de ir e vir no território nacional, livremente. Tal interpretação garantiu apenas o direito de ir e vir em 87% do território nacional, proibindo qualquer cidadão de adentrar as terras dos indígenas, sem o beneplácito da FUNAI, ali podendo permanecer por curto espaço de tempo (horas ou poucos dias). Transcrevo o artigo 5º, inciso XV, da Carta Magna: “XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;” (grifos meus).

Embora fale, o constituinte, “nos termos da lei”, é bom lembrar que a lei não pode alterar o conteúdo da Constituição, mas apenas explicitá-lo. E o direito de ir e vir, portanto, não poderia ser amesquinçado por lei infraconstitucional.

Desta forma, 200 milhões de brasileiros e residentes estão autorizados a circular, livremente, por somente 87% do território nacional, enquanto 800.000 índios de diversas etnias têm garantido o acesso e permanência em a área privativa, de 13% do território nacional, além dos demais 87%.

Sem querer discutir, neste artigo, a questão da exegese utópica, ideológica e incorreta que levou à monumental extensão do território, o qual os índios ocupavam no dia 5 de outubro de 1988, ocorreu-me uma idéia que permitiria equacionar um problema, também político e ideológico, que é o do Movimento dos Sem Terra.

Diz o MST, e, neste sentido, pressiona INCRA e o Governo Federal, que seus integrantes não têm onde trabalharem, pois pertencem ao grupo dos 200 milhões de brasileiros, que não podem circular livremente por terras indígenas. Por outro lado, não negam a FUNAI e o Governo Federal que 13% do Brasil foi outorgado a esta escassa população de índios de diversas nacionalidades e etnias, que não conseguem explorá-las e, de longe, não têm como habitá-la, tal a imensidão de espaços que lhe foram ofertados. Estou convencido de que não foi intenção do constituinte criar um “museu vivo de índios”, para permanecerem habitando em condições primitivas, eternamente. Afinal, são seres humanos, iguais a nós, com os mesmos direitos! Não podem as reservas indígenas ter o mesmo tratamento de preservação dos

CONT.



parques nacionais da África, em que os animais são mantidos segregados.

Como tenho certeza de que assim não pensam os dirigentes da FUNAI, nem o Governo, nada mais natural que utilizassem a experiência e a mão-de-obra dos que não têm terras para permitir a evolução daquela área tão extensa e tão inabitada. INCRA e FUNAI, para o bem do Brasil, poderiam se unir para permitir que os que não têm terra e querem evoluir e os que têm muita terra e não sabem evoluir se unissem, de tal maneira que solucionaríamos dois grandes problemas, ou seja, de ofertar terras aos sem terra e ofertar evolução, com a experiência dos sem terra, a todos os índios, inclusive ao grande contingente de estrangeiros unidos por sua etnia aos indígenas brasileiros.

E aqueles índios que quisessem viver como viviam em 05/10/1988, poderiam valer-se da interpretação correta do artigo 231 que: "Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (grifos meus), ou seja, ser-lhes-iam asseguradas as terras QUE ESTAVAM OCUPANDO EM 1988, vale dizer, reduzidíssima parcela do território nacional, afastando-se a interpretação de que teriam direito às terras que ocuparam, há dezenas e centenas de anos atrás. Por esta correta exegese, não restaria prejudicada a preservação de seus costumes e tradições, por eles vividas no dia 5 de outubro, em toda a sua plenitude, no território que ocupavam.

É uma idéia a pensar, sem qualquer cunho ideológico, utópico, político ou de interesses escusos, mas com nítida intenção de dar terra para trabalhar a quem não tem, preenchendo imensa vastidão de espaços vazios e inexplorados, além de permitir, por outro lado, a partir da experiência destes trabalhadores, que se uniriam aos índios, a evolução e bem estar de ambas as comunidades.

Estar-se-ia eliminando um conflito de classes e permitindo a evolução do país, tirando, inclusive, daqueles que se alimentam da inoculação do ódio nos meios sociais, o poder de se locupletarem das tensões que geram.

E terminaria, por fim, não prejudicando o setor do agronegócio – dos mais evoluídos do mundo -, que tem salvo o país do descompasso da balança comercial, pois o único setor em que não temos a concorrência internacional. Vale a pena refletir sobre o tema.

Dr. Ives Gandra Martins

Professor Emérito das Universidades Mackenzie, UNIFMU, UNIFIEO, UNIP e das Escolas de Comando e Estado Maior do Exército-ECEME e Superior de Serra-ESG, Presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio e do Centro de Extensão Universitária – CEU – [ceu@ceu.org.br](mailto:ceu@ceu.org.br) e escreve quinzenalmente para o Jornal Mundo Lusíada.



---

**"Missão Mato Grosso" apresenta imagens em museu**

SÍTIO RAC, 09.06.2014

De autoria do jornalista Anderson Junque e a missionária Nayane Borim, o Museu da Imigração recebe a exposição "Missão Mato Grosso". O trabalho é resultado de uma parceria dos fotógrafos com a Congregação Salesiana de São Paulo. A exposição passou pela Câmara Municipal nos meses de abril e maio e contém por 11 imagens, captadas no mês de janeiro deste ano, durante o projeto da Expedição Missionária 2014, no Mato Grosso.

Por meio do projeto "Expedição Missionária", os autores viajaram com a instituição até às reservas indígenas de Sangradouro, nas tribos Xavante e Bororo. O projeto conta com seis imagens de Junque e seis de Nayane. Em Mato Grosso, eles puderam conhecer o trabalho pastoral da Congregação Salesiana.

A mostra é uma oportunidade das escolas do município conhecerem um pouco da vida e dos costumes dos índios brasileiros. "É uma grande satisfação - um mecanismo que encontrei para tornar público todo conhecimento que adquiri junto à comunidade indígena. É uma experiência que recomendo a todos. A cultura indígena é muito rica, e nós precisamos resgatar esses valores", ressaltou Junque.

A exposição segue até dia 28 de junho e pode ser vista de terça-feira a sábado, das 9 às 17 horas. O Museu está localizado na Rua João Lino, 371, Centro. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 3455-5082.



## **De origens humildes até a universidade**

SÍTIO JORNAL DE RORAIMA, 09.06.2014

*Segunda reportagem sobre o sistema de cotas fala a respeito de acadêmicos que ingressaram por meio do processo de reserva de vagas*

Alberto Rolla  
Jornal de Roraima

Ele concluiu o ensino médio em 2006, na comunidade indígena Tabalascada, a 26 quilômetros da capital Boa Vista, onde nasceu e foi criado pelos avós. Seu nome: Nailson Silva de Almeida. Mas faz questão de assinar como jornalista Nailson Wapixana, sua etnia de origem. Ele ficou sabendo do processo seletivo para indígenas em 2009, mas só se inscreveu no ano seguinte e foi aprovado na primeira turma da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Hoje, Nailson cursa o quarto semestre. Repórter do portal GloboEsporte.com, é casado e tem um filho de dois anos, Marcon Thaylor. Quem o vê não imagina as dificuldades que enfrentou para ingressar numa universidade pública. Após se separar do marido, dona Maria do Carmo, de 44 anos, teve que deixar o filho, à época com menos de dois anos de idade, com os avós na comunidade para poder trabalhar na cidade.

Para Maria do Carmo, ver o filho numa posição confortável depois de vencer as barreiras da vida é motivo de orgulho para a família e para seu povo. "É uma felicidade imensa. Ele está de parabéns, porque continuou os estudos mesmo com tantas dificuldades, ainda mais com um filho pequeno. Enfrentar a distância e a falta de recursos financeiros não foi tarefa fácil", disse a mãe orgulhosa, que é professora.

### Paixão pelo jornalismo

O gosto pela arte de divulgar notícias vem de berço. Os avós ouviam todos os dias as notícias pelo radinho de pilha. "Comecei a gostar de jornalismo quando criança. Meus avós ouviam a Rádio Roraima. Na hora de fazer a inscrição no processo seletivo, não tive dúvida sobre que curso escolheria", lembrou Nailson.

Ele ingressou na UFRR por meio da política de ação afirmativa, um processo seletivo apenas para indígenas. Naquela época, a Lei de Cotas ainda não havia sido criada. Para Nailson, a iniciativa da instituição em ajudar os índios foi de fundamental importância para o aumento do número de acadêmicos indígenas na Universidade Federal. "Quando não existia o sistema de cotas, os indígenas eram discriminados. Conheço pessoas que desistiram de vários cursos. Eu, particularmente, não sofri nenhum tipo de preconceito. Por sinal, fui muito bem recebido pela minha turma. Hoje, sou admirado pelos meus colegas e pelos meus parentes. Antes, achavam

CONT.



que eu não tinha capacidade de fazer as mesmas coisas que um não indígena faz. No decorrer do tempo, mostrei que sou capaz”, frisou Wapixana.

#### Sem cotas, maior a dificuldade

Nailson Wapixana ressaltou que sem o sistema de cotas para índios ficaria mais difícil ingressar na instituição de ensino superior. A concorrência com alunos de escolas particulares e a distância que separa comunidades das instituições de ensino seriam fatores preponderantes para esse impedimento. “Se não houvesse cotas, não teríamos tantos indígenas na universidade. Quem vive na cidade tem mais condições para estudar, de fazer um pré-vestibular, por exemplo. Eu passei no processo seletivo porque a minha comunidade tem professores formados, de qualidade, e isso acabou sendo fundamental. Mas é algo que não se aplica a todas as comunidades”, disse.

#### Motivo de orgulho

Marlene Silva Pereira é esposa de Nailson. Apesar das dificuldades do início, ela sonha em ter sua própria casa e sente orgulho do marido. “Foi difícil. Ele lá [na cidade] e eu aqui [na comunidade] com um filho. A nossa vida está se ajustando. Vê-lo frequentar faculdade é motivo de orgulho para mim, uma grande vitória. Lutamos para ser alguma coisa na vida, sem perder nossas raízes. Vamos trabalhar e dar exemplo para o nosso filho”, frisou a indígena, que se mudou para Boa Vista há menos de um mês, decidida a seguir os passos do marido.

#### Cotas só para famílias de baixa renda

Paulino Inácio Bonifácio, de 23 anos, nasceu no município de Uiramutã. Aos cinco anos de idade, veio morar na capital, Boa Vista. Vive até hoje no bairro Alvorada e enfrentou as dificuldades comuns de uma vida sem privilégios. Filho de pedreiro, concluiu o ensino médio em escola pública e, desde o início do ano, cursa História na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Apesar de negro e de ter descendência indígena, Paulino é contra cotas raciais e, por isso, optou pelas vagas para famílias com renda inferior a um salário mínimo e meio. “Sou a favor de cotas, mas pela questão socioeconômica. Somos todos iguais quanto à capacidade. Não posso me aproveitar da minha cor para ingressar numa universidade. Parece que o governo federal implementou o sistema de cotas raciais para quitar uma dívida antiga com o negro. As pessoas se aproveitam disso. É o famoso jeitinho brasileiro”, disse o acadêmico.

Para o futuro professor, a qualidade do ensino público é a principal barreira enfrentada pelos alunos. Após concluir o ensino médio, Paulino tentou duas vezes ingressar na UFRR por meio do vestibular de ampla concorrência, mas não conseguiu ser aprovado. Trabalhou durante dois anos como atendente em um restaurante para poder pagar um curso pré-vestibular. “O ensino é péssimo. As estruturas das escolas são horríveis. Na minha, por exemplo, existia um laboratório, mas não podíamos utilizá-lo. Se a instituição não disponibilizasse cotas para pessoas de baixa renda, provavelmente hoje eu não estaria no curso superior”, frisou Paulino.

CONT.



O acadêmico destacou que a política de Lei de Cotas, principalmente pela questão racial, foi levantada pelo professor para ser discutida em sala de aula. Lembrou que a opinião sobre o tema ficou dividida entre os colegas de turma. "Muitos foram contra; outros a favor. Mas não me senti discriminado. As pessoas foram flexíveis comigo", afirmou Paulino, que já pensa entrar num estágio remunerado dentro da Universidade.

#### Alguns negros são contra cotas

O acadêmico de jornalismo Érico Veríssimo é negro e radicalmente contra cotas raciais e étnicas. Ele defende uma cota única e exclusivamente baseada na renda, pois a classificação "racial" só dá margem a mais preconceito. "Se analisarmos dessa maneira, vai acabar beneficiando a maioria, pois a massa de pobres é formada por negros, pardos e afins. Mas, se usarmos o critério de baixa renda, incluiria aí os brancos pobres, os amarelos pobres, os índios pobres e até os pretos pobres. Isso (cota para baixa renda) eliminaria, acredito, a chance de oportunistas (negros, inclusive) se aproveitarem de uma lei que permitiria, baseada apenas na dita raça, entrar em cursos bastante concorridos apenas porque se encaixam no que determinaria a Lei de Cotas, mesmo não precisando", afirmou o jornalista.

Érico ressaltou ter estudado tanto em escola particular como em pública, entrou em duas universidades e nunca precisou de cotas. "Há casos e casos. Na minha época de estudante lá na Bahia, vi muitos colegas negros que mal tinham o dinheiro para o transporte e que estavam na mesma universidade também sem precisar de cotas. Mas estavam de igual para igual", frisou.

De acordo com o acadêmico, não adianta forçar a entrada de alunos menos favorecidos nas universidades só para cumprir cotas. "Lá, os cotistas serão discriminados e até mesmo menosprezados pelos próprios professores. Isso é fato. Se você não se impõe pelo conhecimento e bagagem, que já deve ter muito antes de entrar numa universidade, você é massacrado pelo mundo acadêmico. Se o aluno não é acolhido por professores nos tempos de escola, não é na academia que eles vão fazer isso. Não vão pegar em sua mão ou dedicar atenção especial porque você é cotista ou tem deficiências na aprendizagem", destacou Érico.

Há 24 anos, o cantor guianense Marcos Alessandro Edwards escolheu Roraima para viver. Casou-se com uma roraimense e, com ela, teve cinco filhos - todos negros. Mike Guy-Bras, como é conhecido no meio cultural, é contra a Lei de Cotas. "Todos nós temos capacidade, sendo branco, negro ou índio, mesmo em diferentes níveis socioeconômicos. As pessoas ficam dependentes das políticas públicas [cotas] e, por isso, não se preparam para cursar um nível superior. O gosto pelo estudo tem que vir desde cedo", disse Mike.

O jornalista Francisco Espiridião, negro, acredita que a política de cotas para as minorias em universidades é uma forma de estigmatizar o ser humano. Para ele, o ato de permitir que o negro ou índio ingressem na universidade por qualquer outro meio que não o da livre competição, é usar de comiseração com o indivíduo, que, de certa forma, perde a dignidade. "Em vez de instituir cotas - seja para negros, índios ou qualquer um que não tenha condições financeiras -, acredito que o governo deveria, isso sim, melhorar a escola pública e, na ponta,

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 100 / 2014

Brasília, 09 de junho de 2014.

criar cursinhos preparatórios grátis, com bons professores. Isso daria igualdade de condições para todos: ricos e pobres. Pode ser utopia, mas é a minha contribuição nesse processo dialético”, frisou. (A.R.)



---

**Povos indígenas de Rondônia realizam encontro e divulgam carta com reivindicações**  
SÍTIO CIMI, 09.06.2014

Entre os dias 3 e 6 de junho, em Rondônia, mais de 30 povos indígenas se reuniram no encontro "Movimento Indígena: Luta, Resistência e Fortalecimento". Os debates trataram dos projetos governamentais e privados que esbulham os territórios indígenas, bem como sobre as falhas na execução das políticas públicas que têm prejudicado a vida das comunidades. Leia na íntegra a carta do encontro:

Nós povos indígena Aikanã, Arara, Cassupá, Chiquitano, Gavião, Guarasugwe, Jabuti, Jiahui, Kwazá, Karitiana, Kujubim, Latunde, Makurap, Mamaindê, Massacá, Migueleno, Ororam Xijem, Cao Oro Waje, Oro Mon, Oro Nao, Oro Waram, Puruborá, Sabanê, Sakirabiar, Suruí, Tawandê, Tenharin, Terena, Tupari, Wajoro, Zoró e dos aliados CIMI, UNIR, IMV, MPF e representante do deputado federal Padre Ton. Oriundos dos estados de Rondônia, noroeste do Mato Grosso e sul do Amazonas, reunidos no "Junho Indígena" Regional, de 03 a 06 de junho de 2014, com o tema "Movimento Indígena: Luta, Resistência e Fortalecimento", no Centro Arquidiocesano de Pastoral – CAP, em Porto Velho (RO), vimos que a atual conjuntura indigenista se encontra em um momento muito delicado e desfavorável às conquistas dos povos indígenas e das demais comunidades tradicionais.

Direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 são descaracterizados, devido ao avanço de empreendimentos, como: rodovias, hidrovias, hidrelétricas, REDD – projeto de sequestro de carbono, agropecuária, agronegócio e outros, que violam os direitos indígenas, tudo isso, em vista do capital econômico que destrói e mata.

Após discutir, avaliar e refletir sobre os problemas que nos atingem, expomos nossas angústias, preocupações e violências ainda vivenciadas diariamente por nossas comunidades e territórios tradicionais, no que se refere:

#### SAÚDE

01 - Constatamos mais uma vez que a falta de atendimento diferenciado tem provocado a morte de muitas crianças, gestantes e idosos, que são os mais vulneráveis e vítimas deste atendimento precário;

02 - Muitos pacientes do interior são transferidos para Porto Velho/RO para atendimento mais especializado, mas são impedidos de trazerem acompanhantes. O caso fica mais dramático quando isso ocorre com mulheres que não sabem falar o português. Elas ficam desesperadas e se sentem abandonadas;

03 - Continua a demora do atendimento nos hospitais. Isso tem provocado o óbito de muitos parentes. Quando tem pedido de exames e são realizados, estes demoram muito tempo para liberar o resultado, o que inviabiliza o retorno ao médico;

CONT.



04 – Denunciamos que a SESAI não está fazendo o cadastramento de indígenas que vivem na cidade, mesmo portando a declaração expedida pela FUNAI;

05 - Pacientes que necessitam de tratamento especializado, dentro e fora do Estado estão perdendo viagem por falta de comunicação e em alguns casos vindo a óbito porque não é priorizado seu encaminhamento;

06 - As estruturas das Casas de Saúde Indígena são precárias. Faltam equipes médica, medicamentos, equipamentos e formação específica dos profissionais envolvidos, principalmente AIS que são os que permanecem nas aldeias. Defendemos a contratação de técnicos em enfermagem indígenas já formados;

07 - Faltam medicamentos básicos nos postos de saúde das aldeias. Algumas aldeias ficam muito distantes e são de difícil acesso, por isso, não é possível, pelo menos nesses casos, exigir receita médica para o fornecimento de medicamentos para uma simples dor de cabeça ou diarreia. Muitas famílias gastam o pouco recurso que tem para comprar remédios não listados no RENAME – Relação Nacional de Medicamentos;

08 - Que o estado de Rondônia contemple em seu orçamento recursos para o atendimento à saúde indígena; que a SESAI firme convênio com o Estado para atendimento especializado e de alta complexidade a pacientes indígenas;

09 - Os Distritos Sanitário Especializado Indígena terceirizou os serviços de transporte. Com isso, o DSEI alega que o transporte não é mais de sua responsabilidade e que qualquer reclamação deve ser feita à empresa contratada. Motoristas encerram seu horário de trabalho às 17 horas. Depois disso, não buscam mais pacientes nas aldeias. Não existe motorista de plantão à noite e fim de semana e feriados, muitas vezes os bombeiros são acionados para fazerem esse transporte, inclusive no trajeto CASAI-Hospital. Exigimos a imediata rescisão do contrato com esta empresa e entendemos que o DSEI é sim o responsável pelo transporte de pacientes indígenas;

10 – Exigimos do MPF a apuração urgente das mortes de uma criança indígena Gavião em Ji-Paraná/RO com perfuração de pulmão; de uma criança Alantesu em Porto Velho/RO e o óbito de criança indígena em Vilhena/RO por H1N1, todas por negligência, bem como, o atendimento imediato as pessoas com a H1N1 desta região, como é o caso de uma criança Tawandê na UTI em Porto Velho – RO;

11 – Exigimos a substituição urgente do Coordenador da SESAI em Porto Velho/RO (Sr. Jaumi), o qual não tem compromisso com os Povos, pelo não cumprimento do planejamento de ação dos DSEI e desvio de função de servidores que deveriam estar atendendo nas aldeias e na Casai, mas encontra-se em atividades administrativas. Solicitamos também a urgente destituição da coordenadora da CASAI de Guajará Mirim que não tem cumprido satisfatoriamente suas funções;

12 – Entendemos que é urgente a capacitação dos conselheiros para cumprir de fato e de direito o controle social;

CONT.



13 – Restabelecer urgente a Casai em Humaitá/AM e punir os responsáveis pela destruição do patrimônio público da União;

16 – Exigimos a criação do DSEI de Guajará Mirim e do Polo Base São Francisco.

**EDUCAÇÃO:**

01 - Exigimos a imediata implementação da Lei 578/10 que criou o cargo de magistério público indígena e quadro administrativo, notadamente no que se refere ao concurso público para esses cargos e às nomeações previstas nos artigos 41 e 42 desta Lei;

02 - Queremos a participação efetiva de representantes indígenas na comissão de elaboração do referido concurso público, sob pena dele não atender todas as especificidades das diferentes realidades indígenas;

03 - Que haja participação ativa dos povos indígenas na política de educação escolar indígena, na gestão das ações e no controle social, promovendo avaliação do Açaí II bem como no planejamento do Projeto Açaí III com presença da OPIRON e do NEIRO, sob condição de só iniciar o próximo depois da avaliação. Também exigimos avaliação do intercultural e planejamento participativo na elaboração da grade curricular;

04 - Regularização das Escolas Indígenas, considerando suas especificidades;

05 - Implantação do Projeto do Sexto ao Nono ano e Ensino Médio em todas as Escolas Indígenas;

06 - Agilidade na construção e reformas de escolas indígenas adaptadas à realidade local, com estrutura física que garanta seu bom funcionamento;

07 - Garantir o atendimento pedagógico nas escolas indígenas;

08 - Que a UNIR assegure o cumprimento da Lei 12.711/12 referente ao ingresso de estudantes indígenas na educação superior pública de Rondônia.

09 – Implementação dos Territórios Etno Educacionais;

10 – Exigimos contratação imediata de merendeiras e serviços de limpeza;

11 – Ao modo do projeto AÇAÍ, discutir outras modalidades de formação técnica no Ensino Médio;

12 – Inclusão dos povos que vivem na cidade, nos projeto AÇAÍ e Intercultural;

13 – Garantir recursos para a produção de material didático na língua materna.

**TERRA:**

CONT.



- 01 - Nós povos presentes nesta Assembléia auto-reconhecemos e exigimos do Governo Brasileiro o levantamento e reconhecimento étnico dos povos Chiquitano (Costa Marques/RO), Cassupá (Costa Marques/RO), Guarasugwe (Pimenteira e Costa Marques/RO), à luz da Constituição Federal de 1988 e Convenção 169 da OIT;
- 02 - Exigimos o cumprimento da pactuação feito pela Funai na demarcação de T.I. com a continuidade dos GT's Puruborá, Miguelenos, Karitiana, Kujubim, Kaxarari e Wajoro todos de RO;
- 03 - Coibir e desintrusar as terras indígenas que sofrem ações de invasores madeireiros;
- 04 - Exigimos ação do MPF junto ao Ibama, Sedam, Policia Ambiental e Policia Rodoviaria Federal para que coíbam a ação de madeireiros na terra indígena Sakirabiat/RO e demais terras indígenas RO, AM, MT, que sofrem com a convivência da Funai, o que tem provocado a desintegração dos povos e destruição dos recursos naturais;
- 05 - Exigimos do Programa Terra Legal que respeite os limites onde está em andamento o Grupo de Trabalho da terra indígena Puruborá e Migueleno/RO;
- 06 - Exigimos o direito à documentação dos povos indígenas que estão na cidade, para garantir acesso às políticas publicas;
- 07 - Apoiamos a retomada e conclusão do GT para garantir o território do povo Migueleno/RO, considerando a vontade da maioria dos membros deste Povo;
- 08 - Apurar responsabilidades por envenenamento de rios e igarapés ao longo da BR 429, pelo uso indiscriminado de agrotóxico na frente de expansão da soja, cana, arroz e outros cultivos;
- 09 - Exigimos ações de fiscalização nos territórios indígenas, pois estes encontram-se em situação de vulnerabilidade devido a Funai não cumprir o seu papel na proteção, defesa e garantia dos territórios indígenas;
- 10 - Demarcação das terras Cassupá e Aikanã em Chupinguaia, Djeoromitxi, na região de Figueiras, Aruá, Makurap, Tupari, Kampé, Arikapu, Canoé todos no município de Alta Floresta/RO, e Jiahui/AM, Pirineu de Souza (Casa de Rondon – Vilhena/RO-MT), Imediata demarcação das terras indígenas Puruborá (Município de Seringueiras), Migueleno (Mun. São Francisco), Wajuru (Porto Rolim, Alta Floresta), Cujubim (Costa Marques) Cassupá e Salamã – RO; e Mamaindê, Tawandê e Idalamarê (Comodoro MT);
- 11 - Imediata interdição e demarcação das terras dos povos indígenas livres (sem contato voluntário);
- 12 - Revisão de limites da TI Vale do Guaporé, município de Comodoro, para incorporar a região da Lagoa dos Brincos, onde está localizada a Fazenda Maringá, mas é área tradicional do povo Mamaindê/MT;

CONT.



13 - Retirada dos invasores e conclusão da regularização da Terra Indígena Rio Negro Ocaia/RO;

14 - Conclusão das revisões de limites das Terras Indígenas Pirineu de Souza (MT), Pacaas Novos, Igarapé Lage e Ribeirão/RO;

15 - Denunciamos a inconstitucionalidade da PEC/215/2000 que transfere para o Congresso Nacional a competência para demarcar Terras Indígenas e as que ainda não tiveram seu processo demarcatório concluído, também devem passar pela aprovação do Congresso Nacional. Sabemos que se essa competência for transferida do Executivo para o Legislativo dificilmente teremos novas Terras Indígenas demarcadas;

16 - Instalação do posto de fiscalização permanente da Polícia Rodoviária Federal nas entradas da T.I. Rio Marmelos/AM na rodovia Transamazônica;

17 - Que o MPF convoque os fazendeiros para fazer um Termo de Ajustamento de Conduta, com relação, Aldeia Joari e Boyaty Osoaky, T. I. Karitiana/RO;

18 - Urgente reavivamentação de picadas das terras Indígenas Demarcadas nos estados de RO, AM e MT porque são vítimas da prática predatória de pescadores, caçadores e outros;

#### CRIMINALIZAÇÃO:

01 - Denunciamos que os Povos Indígenas do Sul do Amazonas estão sendo ameaçados em sua integridade física, territorial e cultural pela frente de expansão agropecuária, mineral e madeireira. Soma-se a isso a constante pressão da mídia local pela criminalização coletiva sustentada em interesses de grupos econômicos. Por isso exigimos Justiça Já e liberdade imediata aos cinco Tenharin presos, assim proteção às lideranças ameaçadas de morte;

02 - Denunciamos que o Povo Jiahui sofre com a sobreposição de reserva florestal, onde foi feito acordo de gestão não cumprido pelo ICMBio.

03 - Denunciamos e exigimos da Polícia Federal apuração urgente dos atos arbitrários de moradores de Santo Antonio do Matupi, Apuí e Humaitá, queimando casas e bens dos povos indígenas e de órgãos públicos;

04 - Exigimos apuração da morte do cacique Ivan Tenharin o qual sofria ameaças de morte, bem como apuração de denúncias de ameaças de morte de outras lideranças indígenas em RO, MT e AM;

06 - Solicitamos do MPF impetração de ações criminais nos casos de discriminação racial ocorridas no sul do Amazonas recentemente, impedindo que crianças tenham acesso à escola e o direito de ir-e-vir.

#### GRANDES PROJETOS DO PAC:

CONT.



Todos os grandes empreendimentos em execução e os previstos para esta região atingem de uma ou outra forma nossos territórios indígenas. Esse modelo de desenvolvimento adotado pelo atual governo não respeita as populações tradicionais e o meio ambiente. Estamos vendo nossas terras ou o seu entorno sendo invadidos por PCHs, Hidrelétricas, estradas e linhão. Nossos direitos constitucionais não estão sendo respeitados, em nome de um suposto progresso que só beneficia grandes grupos econômicos e que atentam contra a nossa integridade física, territorial e cultural.

Citamos como exemplo de violência o que nossos povos e territórios estão sofrendo:

01 - As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), construídas ao longo da bacia do Rio Branco, vem há décadas afetando 10 povos indígenas que vivem na Terra Indígena Rio Branco, no município de Alta Floresta do Oeste, inviabilizando atendimentos de emergências no período da seca. A PCH Cascata, no Rio Pimenta Bueno atinge a terra indígena Tubarão Latundê, em Chupinguaia, construída em cima de três cemitérios antigos e afeta o território tradicional dos Aikanã, Cassupá, Salamã, Massacá e Kwazá;

02 - As hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio atingem os povos Karitiana, Uru-Eu Wau Wau, Kassupá, Karipuna, Kaxarari e os povos da região de Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Diante das alagações sofridas nos rios Madeira, Mamoré, Pacaas, Rio Negro Ocaia, Sotério e Guaporé por vários povos, exigimos do MPF inclusão do tema de impacto social nos reestudos das usinas do Madeira;

03 - Nessa região há presença de indígenas isolados, reconhecidos pela FUNAI, que podem estar sendo exterminados. Responsabilizamos a FUNAI, a União, os governos federal e estadual e as empresas responsáveis por esses empreendimentos por eventual genocídio desses povos isolados. Nenhuma medida de mitigação ou compensação diminui os prejuízos que já temos e que ainda teremos com esses empreendimentos;

04 - Não aceitamos mais hidrelétricas grandes ou pequenas porque elas inviabilizam a vida de nossos povos. Exigimos o cumprimento da Convenção 169 da OIT. Não aceitamos que a Funai decida em nosso nome. Por isso decidimos realizar debates para informar a sociedade sobre os problemas que as barragens geram em seu entorno;

05 - Manifestamos nossa preocupação com construção de barragem dentro da T.I. Pirineu de Souza e com a expansão da soja no cone sul de Vilhena, que está atingindo nossa floresta e nossos rios, provocando a contaminação e morte de caça e pesca, intoxicação de pessoas e perda da biodiversidade;

06 - Decidimos sensibilizar e preparar nossas comunidades para saber dos problemas causados por hidrelétricas e se posicionar contrários, bem como não negociar indenização;

07 - Nosso repúdio contra a possível construção da Hidrelétrica de Tabajara, no rio Machado, que atingirá os povos Tenharin, Jiahui, povos isolados daquela região, Arara e Gavião da TI Igarapé Lourdes, além de outras populações tradicionais e Unidades de Conservação. Já fomos contra a construção dessa hidrelétrica no passado e continuaremos não permitindo mais essa

CONT.



violência contra nossos direitos;

08 - De igual forma nosso repúdio à possível construção da Hidrelétrica Ribeirão, em Nova Mamoré, Guajará- Mirim. Os povos indígenas daquela região já estão sendo afetados pela Hidrelétrica de Jirau. Agora o governo planeja mais uma hidrelétrica que alagará boa parte de Terras Indígenas daquela região;

09 - Sabemos que estradas estão sendo projetadas, a exemplo da BR 080 e BR 421, para escoamento de produção dos grandes agropecuaristas. Não admitiremos que essas estradas passem nas Terras Indígenas ou no seu entorno, legalmente protegidos, para beneficiar esses grandes fazendeiros, em detrimento de nossos direitos constitucionalmente garantidos;

10 - Não permitiremos que outras grandes obras como as hidrovias e a ferrovia ferronorte afetem, de uma ou outra forma, nossos territórios. Estamos cansados de ver nossos territórios e seus entornos serem invadidos por esses empreendimentos que só nos causam prejuízos de toda natureza.

11. Denunciamos a retirada ilegal de cascalho, na aldeia Baia das Onças no Rio Guaporé/RO;

12. Exigimos imediato fechamento da Estrada Parque - BR 421 por representar ameaça aos povos indígenas isolados e terras Karipuna, Laje e Ribeirão/RO, já que o período de emergência se encerrou, pois temos o entendimento que ela representará a exemplo da região de União Bandeirantes, mais um caminho para invasão de nossas terras;

Afirmamos que o MPF é nosso grande aliado. No cumprimento de seu papel constitucional tem a necessidade de ser reforçado com equipe técnica e meios para chegar até nossas aldeias. Por isso reivindicamos do Governo Federal apoio urgente a esta valiosa instituição.

Diante de tantas ameaças de morte, renovamos nossa indignação e nossos protestos. Exigimos respeito aos nossos direitos tão duramente conquistados pela Constituição Federal de 1988 e Convenção 169 da OIT, e hoje ameaçados por aqueles que só sabem explorar as riquezas e os povos do nosso país, principalmente a bancada ruralista. Reafirmamos que nossa luta é pela Vida de nossa atual e futura geração, nossa luta é pelo Bem Viver.

Porto Velho, 06 de junho de 2014.

MOVIMENTO INDÍGENA DE RONDÔNIA, NOROESTE DO MATO GROSSO E SUL DO AMAZONAS



**"Pela defesa dos direitos indígenas e quilombolas e contra a criminalização de nossas lideranças"**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.06.2014

A omissão, negligência e conivência das três esferas de Estado (Judiciário, Legislativo e Executivo) promoveram ao longo dos últimos anos: a paralisação das demarcações das terras indígenas e quilombolas, a invasão aos Territórios ancestrais; assassinato de milhares de jovens negros; desalojamento de milhares de famílias de suas casas e terras; desrespeito aos Direitos Constitucionais e Tratados Internacionais, MEGAPROJETOS criminosos realizados numa lógica de "DESENVOLVIMENTO" predatória para a maioria dos seres humanos e para o meio ambiente, criminalização e prisão de lideranças indígenas, quilombolas e dos movimentos sociais.

As violações aos direitos humanos aumentam, mas a resistência também aumenta. E os dois Encontros dos de Baixo se consolidaram como espaços de debates e discussões daqueles que estão em luta pela garantia de direitos sociais, políticos e nas lutas pela terra e contra o racismo institucionalizado e possibilitou uma agenda de eventos, mobilizações para resistir contra as ações e políticas que estimulam a exploração dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Não nos calamos diante das propostas e projetos que pretendem destruir direitos a exemplo da PEC 215/2000 e medidas administrativas que pretendem as paralisações das demarcações das terras.

Resistiremos e lutaremos contra o agronegócio, contra os projetos do capitalismo para o campo, contra as alianças entre os ruralistas, as corporações transnacionais, o capital financeiro e os governos. Colocamo-nos contra o governo federal e estadual que estimulam o desenvolvimentismo e que pactuam com os crimes impostos pelo latifúndio e que geram inclusive conflitos entre os pequenos.

Recuperar e fortalecer as expressões coletivas da verdadeira cidadania é o desafio que está posto, para nós, POVOS que resistimos aos impactos da NEOCOLONIZAÇÃO.

Quilombolas , Indígenas, Negros e Negras e Pobres de Periferia, desalojados e ameaçados de despejo, população de rua , Categorias de Trabalhadores(as) em luta, temos um encontro marcado nas ruas no dia 12/06 às 12h na frente da Prefeitura de Porto Alegre, unificando nossas pautas , pois COPA SEM POVO ESTAMOS NAS RUAS DE NOVO.

**-PELA TITULAÇÃO E DEMARCAÇÃO IMEDIATA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E INDÍGENAS!**

**-PELA REFORMA AGRÁRIA!**

**-PELA UNIDADE CAMPO, FLORESTA e CIDADE, só a luta traz conquistas!**

**-PASSE LIVRE PARA ESTUDANTES, TRABALHADORES, QUILOMBOLAS E INDÍGENAS!**

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 100 / 2014

Brasília, 09 de junho de 2014.

---

-CONTRA O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA!

-CONTRA A PEC 215/2000(PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL) E PLP 227/2012(PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)!

-CONTRA A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE/3239 PROPOSTA PELO DEM (PARTIDO DOS DEMOCRATAS)!

-REASSENTAMENTO /INDENIZAÇÃO PARA PEQUENOS PROPRIETÁRIOS EM SOBREPOSIÇÃO COM TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS!

-LIBERTAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS DO POVO KAINGANG-TERRA INDÍGENA KANDÓIA!

ISSO AQUI VAI VIRAR PALMARES!



## **Por demarcações, índios planejam protestos na Copa**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.06.2014

Grupos indígenas pretendem aproveitar a visibilidade que a Copa do Mundo dará ao Brasil para protestar em diferentes pontos do país. Há ações previstas em ao menos três Estados que receberão jogos do torneio – São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul –, além de manifestações em outras regiões. Nas mobilizações, em que cobrarão do governo federal a retomada dos processos de demarcação de terra paralisados e pressionarão por outras bandeiras (saiba mais abaixo), os índios poderão se associar a outros movimentos para ampliar a projeção nacional dos atos

João Fellet - BBC Brasil

As manifestações tiveram uma prévia no fim de maio, quando cerca de 500 índios se uniram a centenas de trabalhadores sem teto em Brasília. Houve confronto entre manifestantes e a polícia, e um policial teve a perna flechada.

Nesta semana, um pequeno grupo de indígenas participou de outro protesto em Brasília. Dezesesseis membros do povo xakriabá, de Minas, se uniram a 200 integrantes de outras comunidades tradicionais em defesa da preservação das áreas remanescentes de cerrado.

Durante a Copa, porém, os principais protestos de indígenas deverão se concentrar no Sul e Sudeste do país.

### **‘Congelar a região Sul’**

Um dos líderes do povo kaingang, da região Sul, o cacique Roberto dos Santos diz que uma reunião nesta semana definirá como se darão os protestos na região.

“Não vamos deixar a Copa acontecer baratinho, em vista do sofrimento das sociedades indígenas”, ele diz à BBC Brasil. Segundo o cacique, os índios poderão protestar nas cidades da região que receberão jogos (Porto Alegre e Curitiba) ou em estradas. “Temos a proposta de congelar a região Sul, bloqueando todos os seus acessos por via terrestre.”

Os kaingang – que hoje vivem em pequenas parcelas de seus territórios originais – reivindicam a ampliação de suas terras. Diante do acirramento de conflitos entre índios e agricultores, porém, o governo federal suspendeu em maio de 2013 todos os processos de demarcação no país.

Segundo um documento da Funai (Fundação Nacional do Índio) obtido pela BBC Brasil, há 118 processos de demarcação de Terras Indígenas em curso. O órgão diz que 39 dessas terras estão em fase final de regularização.

CONT.



O processo de demarcação prevê que, para ser concluído, ele deve receber uma aprovação final da Presidência da Funai e, em seguida, ser encaminhado para assinaturas do ministro da Justiça e da presidente da República.

Dez processos aguardam a aprovação final da presidente da Funai; outros 12, a assinatura do ministro da Justiça; e mais 17 dependem apenas de assinatura da presidente Dilma Rousseff.

A conclusão do processo de demarcação é fundamental, entre outros aspectos, para que ocupantes não índios sejam retirados dessas áreas.

O ministro da Justiça José Eduardo Cardozo diz que os processos foram suspensos para evitar o agravamento de conflitos. Ele propõe que os casos sejam destravados em mesas de diálogo que incluam indígenas, agricultores afetados pelas demarcações e autoridades. Desde a paralisação nos processos, porém, nenhum caso foi solucionado nas mesas de diálogo.

Funcionários da Funai dizem reservadamente que, no atual ritmo de negociações, serão necessários muitos anos para que todos os casos pendentes sejam levados a discussão. União com outros movimentos sociais busca aumentar visibilidade de protestos de indígenas

#### Abertura da Copa

Outra cidade-sede da Copa que deve receber manifestações de indígenas nos próximos dias é São Paulo. Nelson Wera Soares, cacique de uma aldeia guarani no bairro do Jaraguá, diz que o grupo está programando uma manifestação na abertura da Copa, na quinta-feira.

Os guaranis de São Paulo também querem a ampliação de suas terras. Na aldeia guarani no bairro do Jaraguá, 140 famílias vivem em área menor do que dois campos de futebol. O espaço, segundo os indígenas, é insuficiente para que mantenham seu estilo de vida tradicional.

Há estudos para aumentar essa área para 500 hectares, englobando o Parque Estadual do Jaraguá. Outras duas aldeias guaranis em São Paulo também buscam a ampliação de suas terras.

Segundo Soares, os índios poderão ainda protestar durante a Copa em conjunto com outros grupos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Na última sexta, cerca de 150 índios guaranis e integrantes do MST e do Movimento Passe Livre protestaram na frente da Assembleia Legislativa paulista.

#### Atos regionais

Segundo Sonia Guajajara, coordenadora executiva da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), também devem ocorrer mobilizações em outras regiões do país habitadas por indígenas.

CONT.



"Nossa orientação é para que as organizações regionais se juntem aos demais movimentos e participem dos atos de protesto durante a Copa", ela diz à BBC Brasil.

Guajajara critica o governo federal por gastar altas quantias com a Copa e dizer não ter recursos para solucionar problemas dos índios. Segundo ela, boa parte dos conflitos atuais poderiam ser solucionados pagando-se indenizações para que agricultores que hoje ocupam áreas reclamadas por indígenas deixem essas terras.

Guajajara diz que a união entre índios e outros movimentos mostra que "há uma insatisfação geral da sociedade civil organizada com a postura do governo federal" nesta questão.

Os atos pelo país, diz ela, visam dar visibilidade para as seguintes bandeiras do movimento indígena nacional:

- Retomada imediata dos processos de demarcação de Terras Indígenas, suspensos em maio de 2013;
- Arquivamento das Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 215 e 038, que transferem do governo federal para o Congresso a competência para demarcar Terras Indígenas. Índios dizem que a medida poria fim a demarcações, dada a força da bancada ruralista no Parlamento;
- Arquivamento do Projeto de Lei (PL) 1610, que regulamenta a exploração mineral em Terras Indígenas;
- Arquivamento do Projeto de Lei Complementar (PLP) 227, que altera o processo de demarcação de terras e regulamenta a definição de "interesse relevante público da União". A proposta, dizem os indígenas, impediria novas demarcações e abriria o caminho para a exploração de recursos naturais nas Terras Indígenas já demarcadas;
- Aprovação de medida que transformaria a Comissão Nacional de Política Indigenista num Conselho, com maior poder de influir em políticas que afetam os povos indígenas;
- Revogamento da Portaria 303 da Advocacia Geral da União. A portaria definiu a posição do órgão federal quanto à demarcação de terras e, entre outros pontos polêmicos, admite a construção de grandes obras nessas áreas se houver "relevante interesse público da União", além de proibir que terras já demarcadas sejam ampliadas;
- Amplo processo de consulta aos indígenas sobre a proposta do Ministério da Justiça para mudar os procedimentos de demarcação de terras;
- Fortalecimento institucional da Funai (Fundação Nacional do Índio). Indígenas dizem que o governo federal tem esvaziado as atribuições do órgão e reduzido seu orçamento, enfraquecendo o órgão indigenista.



**Marcelo Semer: "Índio punido pela comunidade: ausência do direito de punir do Estado..."**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.06.2014

Direito penal é subsidiário. Havendo julgamento e punição pela comunidade, não subsiste o direito de punir estatal

Por Marcelo Semer\*, em Sem Juízo

A sentença que segue abaixo é do juiz de direito Aluizio Ferreira Viana, da Comarca de Bonfim (RR). A tese esposada, de forma muitíssimo bem fundamentada, é que tendo sido o indígena julgado e punido pela própria comunidade, por homicídio cometido contra outro indígena, não deve se submeter novamente ao direito de punir, agora do Estado.

Enfim, reconhece a materialização do estado pluriétnico.

Na sentença, o magistrado cita o art. "Art. 57 da da Lei nº 6.0001//73 (Estatuto do Índio). Será tolerada a aplicação, pelos grupos tribais, de acordo com as instituições próprias, de sanções penais e disciplinares contra os seus membros, desde que não revistam de caráter cruel ou infamante, proibida em qualquer caso a pena de morte." (sic-grifei) e ainda o art. 9º, da Convenção 169, da OIT: "Art. 9º. Na medida em que isso for compatível com o sistema jurídico nacional e com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, deverão ser respeitados os métodos aos quais os povos interessados recorrem tradicionalmente para a repressão dos delitos cometidos pelos seus membros".

E diferencia as situações:

a-) Nos casos em que autor e vítima são índios; fato ocorre em terra indígena, e não há julgamento do fato pela comunidade indígena, o Estado deterá o direito de punir e atuará apenas de forma subsidiária. Logo, serão aplicáveis todas as regras penais e processuais penais;

b-) nos casos em que autor e vítima são índios; o fato ocorre em terra indígena, e há julgamento do fato pela comunidade indígena, o Estado não terá o direito de punir. Assim, torna-se evidente a impossibilidade de se aplicar regras estatais procedimentais a fatos tais que não podem ser julgados pelo Estado. É o que aconteceu neste caso.

A sentença ainda admite recurso e a questão pode chegar ao STF.

AUTOS Nº 0090.10.000302-0

AÇÃO PENAL

CONT.



RÉU: DENILSON TRINDADE DOUGLAS

Art. 121, §2º, inciso II, do Código Penal Brasileiro

## S E N T E N Ç A

Vistos, etc.

O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra o Réu DENILSON TRINDADE DOUGLAS, devidamente qualificado nos autos, dando-o como incurso nas penas do artigo 121, §2º, inciso II, do CPB, porque, segundo narra a denúncia:

“...no dia 20/06/2009, por volta das dezenove horas, a vítima juntamente com sua esposa e filha estavam na sua própria casa quando chegou o denunciado, dizendo que queria conversar com a vítima, que a vítima pediu que o denunciado entrasse mas este não quis, chamando-o para conversar fora de casa. Ato contínuo, a esposa da vítima se afastou dos dois, retornando logo após e percebeu que o denunciado corria, já fora de casa, com uma faca na mão, momento no qual viu a vítima segurando-se na parede ao mesmo tempo em que falava que seu irmão havia lhe furado...” (fls. 2/3)

Inquérito policial juntado aos autos às fls. 05/56.

A denúncia foi recebida em 01 de março de 2012 (fls. 58/59),

O Réu foi citado em 16/05/2012 (fls. 62/63), e por meio de Advogada apresentou Resposta à Acusação às fls. 65/66, juntando em seu favor os documentos de fls. 68/73.

Às fls. 75/76, consta Decisão que determinou a designação de audiência de instrução e julgamento.

O Procurador Federal responsável pela Seção de Indígenas, às fls. 155/156, requereu sua habilitação para atuar na Defesa do Réu.

Manifestação de fls. 181/183, do ilustre Procurador Federal requer seja declarada a incompetência deste Juízo em razão da matéria, para evitar, dessa maneira, que o Réu seja punido duas vezes pelo mesmo fato.

Instado a se manifestar, o Ministério Público às fls. 217/218, requer o indeferimento do pedido e prosseguimento da presente Ação Penal.

Vieram-me os autos conclusos para Sentença.

É o relatório. Decido.

### 1. EXCEPCIONALIDADE DO CASO

CONT.



Ao réu é imputado o crime de homicídio qualificado inserto no art. 121, § 2º, II, do CPB.

Nesse momento caberia a análise de indícios de autoria e materialidade do crime, contudo, faz-se necessária as seguintes observações dadas as peculiaridades do caso concreto.

Para melhor visualização territorial, esse Juízo, Comarca de Bonfim, tem "Jurisdição" sobre o município de Bonfim, sede, e tem como termo judiciário o município de Normandia (municípios envoltos em boa parte dentro da terra indígena 'Raposa/Serra do Sol'), encravada, pois, dentro de áreas indígenas já demarcadas pelo Poder Público.

O fato ocorreu no dia 20/06/2009 na comunidade indígena do Manoá, terra indígena Manoá/Pium, Região Serra da Lua, município de Bonfim-RR, onde o acusado DENILSON (Índio) após ingerir bebida alcoólica desferiu facadas na vítima ALANDERSON (Índio), seu irmão, ocasionando-lhe a morte. Vê-se, portanto, que se cuida de acusado e vítima, ambos índios, sobre fato ocorrido dentro de terra indígena.

Após o ocorrido, reuniram-se Tuxauas e membros do conselho da comunidade indígena do Manoá no dia 26/06/2009, conforme consta às fls. 68/73, para deliberar eventual punição ao índio Denilson. Após oitiva do acusado e de seus pais e outras pessoas concluíram pela imposição de várias sanções, entre às quais, a construção de uma casa para a esposa da vítima, a proibição de ausentar-se da comunidade do Manoá sem permissão dos tuxauas.

Contudo, no dia 6 de abril do ano corrente, reuniram-se novamente as lideranças indígenas, Tuxauas de várias comunidades, entre elas, Anauá, Manoá, Wai Wai, e servidores da Funai, estes últimos apenas presenciaram a reunião com o fito de "...de apoiar na orientação no decorrer do procedimento, porém a decisão será das lideranças indígenas de ambas as regiões..." (fl. 185). Após oitiva das autoridades indígenas, foi imposta ao indígena DENILSON as seguintes penalidades, conforme consta na ata de fls. 185/187:

"O índio Denilson deverá sair da Comunidade do Manoá e cumprir pena na Região Wai Wai por mais 5 (cinco) anos, com possibilidade de redução conforme seu comportamento;

Cumprir o Regimento Interno do Povo Wai Wai, respeitando a convivência, o costume, a tradição e moradia junto ao povo Wai Wai;

Participar de trabalho comunitário;

Participar de reuniões e demais eventos desenvolvido pela comunidade;

Não comercializar nenhum tipo de produto, peixe ou coisas existentes na comunidade sem permissão da comunidade juntamente com tuxaua;

Não desautorizar o tuxaua, cometendo coisas às escondidas sem conhecimento do tuxaua;

Ter terra para trabalhar, sempre com conhecimento e na companhia do tuxaua;

Aprender a cultura e a língua Wai Wai.

Se não cumprir o regimento será feita outra reunião e tomar outra decisão."

Cabe acentuar que todo o procedimento supramencionado foi realizado sem mencionar em momento algum a legislação estatal, tendo apenas como norte a autoridade que seus usos e costumes lhes confere.

CONT.



Nesse meio tempo, o representante do Estado, o Órgão Ministerial ofereceu denúncia no mês de fevereiro de 2012, a qual foi recebida por esse Juízo em 1º de março do mesmo ano.

Vê-se, portanto, a potencial condenação e execução de pena por mais de 2 (dois) entes, em tese, titulares do direito de punir o mesmo fato. Insta observar que não se trata de bis in idem, pois os entes detentores do direito de punir são distintos e não apenas o Estado, mas de instituto novo, que poderíamos denominar de "Duplo Jus Puniendi".

Em razão da situação supramencionada, a Defesa alçou existência do no bis in idem, ou seja, a impossibilidade do acusado ser sancionado duas vezes pelo mesmo fato, logo este Juízo deveria declarar-se incompetente em razão da matéria haja vista o anterior julgamento do fato pela comunidade indígena a que pertence o acusado.

Pois bem, rechaço em parte o argumento da ilustre Defesa. A uma, pois tenho que o imbróglio não se trata debis in idem, mas de "Duplo jus Puniendi", em face do que dispõe o art. 57, da Lei 6.001/73 (Estatuto do Índio).

A duas, uma vez que não considero aplicáveis ao caso regras penais e processuais penais, in casu atinentes à competência processual penal, já que as normas relativas ao processo – instrumento determinado pelo direito por meio do qual o Estado poderá exercer o poder jurisdicional que lhe foi conferido ?, são limitadoras ao direito de punir estatal e não ao direito de punir das comunidades indígenas. Assim sendo, não poderá ser aplicado ao caso nenhum instituto afeto ao direito estatal. Resta, portanto, infrutífera, em parte, a alegação da Defesa.

## 2. NORMA JURÍDICA INDIVIDUALIZADA AO CASO CONCRETO

Cumpra advertir, que a jurisdição por natureza tem como uma de suas principais características a criatividade judicial, com conceito inerente à inafastabilidade da jurisdição e à vedação à recusa da prestação jurisdicional (non liquet). Logo, torna-se evidente que, em casos tais, como o exposto para pronunciamento judicial é de fundamental importância a utilização da característica supramencionada. Sobre o tema, segue lição do professor FREDIE DIDIER, ao citar LUHMANN, assim disserta:

"...Luhmann encara o sistema jurídico com olhos e métodos de sociólogo – vê o que 'é' e não o que 'deve ser'. A análise que faz é impressionante, ao afirmar que aos tribunais há a obrigação de decidir qualquer conflito, o órgão judicial tem o poder de criar a regra jurídica do caso concreto – tem, pois, poder de criação de norma jurídica..." (FREDIE DIDIER, Curso de Direito Processual Civil, vol. I, Ed. Juspodivm, 6ª ed., 2006, p. 80)

Como se observa, o caso em estudo não tem precedente judicial monocrático, salvo o ocorrido no ano 2000, em que o indígena Basílio Alves Salomão foi absolvido pelo Conselho de Sentença do Tribunal do Júri Popular, na Seção Judiciária da Justiça Federal em Roraima, sob a tese de causa supralegal de culpabilidade. Para melhor ilustração, segue trecho do Livro do professor HELDER GIRÃO BARRETO, então presidente dessa Sessão do Júri Federal:

"...Pois bem; após cometer o crime, o acusado foi preso e julgado pela própria Comunidade

CONT.



Indígena à qual pertencia, recebendo as seguintes penas: cavar a cova e enterrar o corpo da vítima; e, ficar em degredo de sua comunidade e de sua família pelo tempo que a comunidade achasse conveniente. No dia do julgamento o acusado estava há quase catorze anos sem poder retornar ao convívio da Comunidade Indígena do Maturuca. Ao ser interrogado em plenário o acusado declarou: 'quando um índio comete um crime é costume ele ser julgado pelos próprios companheiros Tuxauas'; e que isso 'é um costume que vem antes do tempo dos seus avós'. As testemunhas confirmaram os fatos. Em plenário, foi ouvida a antropóloga Alesandra Albert, que assegurou que na tradição da etnia Macuxi 'um índio que mata outro é submetido a um Conselho, escolhido pela própria comunidade e reconhecido como detentor de autoridade; que a maior pena aplicada pelo Conselho é o banimento; que tanto o julgamento quanto a pena são modos como eles encaram a Justiça; e, conclui; 'para a pessoa que sofreu banimento o julgamento e a pena têm o sentido da perda da convivência e da diminuição do conceito perante a Comunidade, coisas que são muito importantes...' (sic – grifei) (HELDER GIRÃO BARRETO, Direitos Indígenas – Vetores Constitucionais, 1ª ed., Ed. Juruá, 2003, p. 119/120).

Com a devida vênia, discordo da possibilidade de "absolvição", uma vez que in casu o Estado não detém o direito de punir, o que lhe retira qualquer possibilidade de discussão de mérito.

### 3. SUBSIDIARIEDADE DO DIREITO DE PUNIR ESTATAL

Como é cediço na doutrina, com esboço em fundamento constitucional, ocorrido o fato pretensamente criminoso cabe ao Estado o Direito de Punir, em substituição à anterior idéia de que o particular teria o direito de fazer a justiça com as próprias mãos. Para tal, utiliza-se de Órgãos da Administração da Justiça para investigar, processar, colher provas, com respeito a princípios constitucionais e, ao final, ter-se uma sentença com posterior execução do decidido, se o caso.

No entanto, há previsão de uma única "exceção", de acordo com a dicção do art. 57, da Lei nº 6.000/73 (Estatuto do Índio), verbis:

"Art. 57. Será tolerada a aplicação, pelos grupos tribais, de acordo com as instituições próprias, de sanções penais e disciplinares contra os seus membros, desde que não revistam de caráter cruel ou infamante, proibida em qualquer caso a pena de morte." (sic-grifei)

Trata-se de previsão legal que insculpe o respeito aos usos e costumes indígenas e por suas "leis internas", constatando-se, pois, uma autonomia tribal.

O respeito supracitado tem fundamento constitucional no art. 231, da CF/88, litteris:

"Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens." (sic – grifei)

Corroborar-se o fundamento constitucional com a previsão do art. 6º, do Estatuto do Índio, senão vejamos:

CONT.



“Art. 6º. Serão respeitados os usos, costumes e tradições das comunidades indígenas e seus efeitos, nas relações de família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade e nos atos ou negócios realizados entre índios, salvo se optarem pela aplicação do direito comum.” (sic – grifei)

Não bastasse isso, assim dispõe o art. 9º, da Convenção 169, da OIT (Convenção sobre povos indígenas e tribais), ratificado pelo Brasil em 2002, e promulgada via Decreto Presidencial nº 5.051/2004:

“Art. 9º. Na medida em que isso for compatível com o sistema jurídico nacional e com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, deverão ser respeitados os métodos aos quais os povos interessados recorrem tradicionalmente para a repressão dos delitos cometidos pelos seus membros” (sic-grifei)

Atente-se que se cuida de tratado dirigido ao reconhecimento de direitos e ao respeito aos povos indígenas, com evidente natureza de direitos humanos. Nesse sentido, está entre aqueles tratados aprovados antes da EC/45 ou fora dos parâmetros exigidos para ter equivalência às emendas constitucionais, tendo, portanto, status supralegal, ou seja, acima das normas infraconstitucionais e abaixo das normas constitucionais, conforme entendimento do STF: HC 90.172/SP.

Em face de todos esses argumentos, também não resta prosperar a potencial alegação da competência constitucional quase absoluta do julgamento dos crimes dolosos contra vida pelo Tribunal do Júri.

Ora, não se está aqui alçando qualquer alegação de incompetência do Tribunal do Júri, pois se trata de algo acima disso, que a ausência in casu do direito de punir do Estado-Juíz. Logo, seria uma discussão estéril em face da inaplicabilidade dos institutos do processo estatal. Ademais, ainda que se considerasse o nível constitucional do prescrito no art. 5º, inciso XXXVIII, da Constituição da República, como direito fundamental a ser observado, o contraponto estaria no art. 231, da mesma Constituição, que também é direito fundamental, logo, com a necessária observância aos costumes e tradições dos povos indígenas.

Convém advertir, que a esmagadora maioria da doutrina entende que a previsão art. 57, do Estatuto do Índio, seria uma exceção ao direito de punir estatal. Com base nisso, poderia se concluir que o Estado não poderia atuar de forma alguma nos casos de crimes ocorridos nas comunidades indígenas, o que não traduz a finalidade da legislação e tão pouco o que acontece na realidade.

Vejo, pois, que essa não é a melhor conclusão, uma vez que o Estado terá ampla autonomia para investigar, processar e julgar o indígena nos casos em que a comunidade indígena não julgá-lo, logo, o Estado, em casos tais, atuará de forma subsidiária.

#### 4. INAPLICABILIDADE DOS INSTITUTOS PENAIIS E PROCESSUAIS PENAIIS

Uma vez acolhido o pensamento da ausência in casu ao direito de punir estatal, haja vista o  
CONT.



caso sob análise encaixar-se perfeitamente ao previsto no art. 57, do Estatuto do Índio, advém a problemática da possibilidade de absolvição do acusado à luz dos institutos jurídicos penais e processuais penais, já referidas nesse ato judicial.

Para o deslinde do imbróglio, é importante definir algumas premissas:

a) Nos casos em que autor e vítima são índios; fato ocorre em terra indígena, e não há julgamento do fato pela comunidade indígena, o Estado deterá o direito de punir e atuará apenas de forma subsidiária. Logo, serão aplicáveis todas as regras penais e processuais penais.

b) Nos casos em que autor e vítima são índios; o fato ocorre em terra indígena, e há julgamento do fato pela comunidade indígena, o Estado não terá o direito de punir. Assim, torna-se evidente a impossibilidade de se aplicar regras estatais procedimentais a fatos tais que não podem ser julgados pelo Estado.

In casu, o acusado índio Denilson foi julgado pelo Conselho das Comunidades Indígenas antes mesmo do início da instrução criminal, o que acarretaria, em tese, a absolvição sumária.

Contudo, é de mezinho conhecimento penal que absolvição sumária pressupõe análise de mérito, nos termos do art. 397, do CPP, e este representante do Estado-juiz não tem poder para tal, pois o Estado não detém o direito de punir nesse caso concreto.

Em outras palavras, o Estado deve apenas pronunciar a sua ausência de poder de punir, uma vez que o acusado já foi julgado e condenado por quem detém o direito.

## 5. FATOR DE FORTALECIMENTO DOS USOS, COSTUMES E TRADIÇÕES INDÍGENAS

Muito maior que o reconhecimento do direito de punir seus pares, as comunidades indígenas sentirão muito mais fortalecidas em seus usos e costumes, fator de integração e preservação de sua cultura, haja vista que o Estado estará sinalizando o respeito ao seu modo de viver e lidar com as tensões da vida dentro da comunidade.

Há quem pense e diga que haja o temor da repercussão social da fragilização do Estado ou o potencial recrudescimento da violência dentro das comunidades indígenas.

Digo o inverso, o Estado não estará fragilizado, pois caso as comunidades indígenas não julguem seus pares, mantém-se o Direito de Punir Estatal, de forma subsidiária.

Enfim, não se enfraquece de forma alguma o Poder Estatal, mas ao inverso, fortalece-se a atividade jurisdicional ao se reconhecer uma excepcionalidade que deve ser tratada de forma distinta, afinal o Estado não é absolutista. Nesse sentido, é a lição do então Ministro Carlos Ayres Brito, que na Relatoria da Ação Popular nº 3388 que pôs fim a pendenga judicial atinente à demarcação da terra Indígena Raposa/Serra do Sol, assim dissertou:

"...Como num aparelho auto-reverse, pois também eles, os índios, têm o direito de nos

CONT.



catequizar um pouco (falemos assim)...Equivale a dizer: assim como os não-índios conservam a sua identidade pessoal e étnica no convívio com os índios, os índios também conservam a sua identidade étnica e pessoal no convívio com os não-índios, pois a aculturação não é um necessário processo de substituição de mundividências (a originária a ser absorvida pela adquirida), mas a possibilidade de experimento de mais de uma delas. É um somatório, e não uma permuta, menos ainda uma subtração.”(sic – grifei)

Ante ao exposto, deixo de apreciar o mérito da denúncia do Órgão Ministerial, representante do Estado, para **DECLARAR A AUSÊNCIA IN CASU DO DIREITO DE PUNIR ESTATAL**, em face do julgamento do fato por comunidade indígena, relativo ao acusado **DENILSON TRINDADE DOUGLAS**, brasileiro, solteiro, agricultor, nascido aos 13/03/89, filho de Alan Douglas e Demilza da Silva Trindade, com fundamento no art. 57, da Lei nº 6.001/73 e art. 231, da Constituição da República.

Transitada em julgado, proceda o cartório as baixas e anotações pertinentes.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Expedientes necessários.

Bonfim/RR, 3 de setembro de 2013.

**ALUIZIO FERREIRA VIEIRA**

Juiz de Direito

-

\*Marcelo Semer, 47 anos, juiz de direito em São Paulo e escritor. Membro e ex-presidente da Associação Juízes para a Democracia, autor do romance “Certas Canções”. Colunista no Terra Magazine.

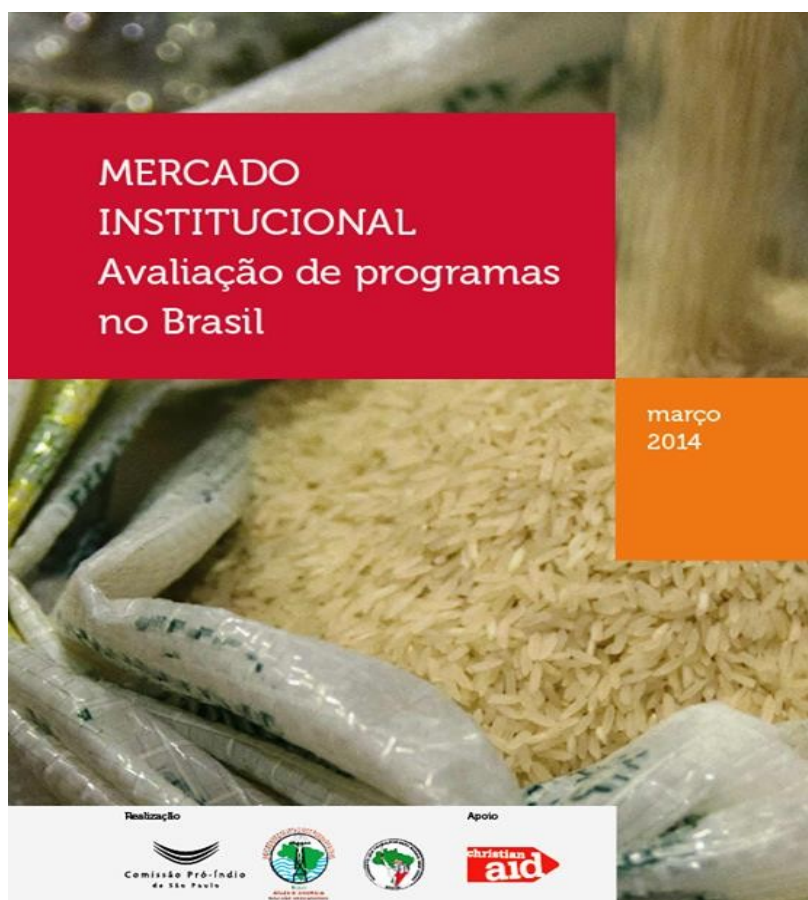


Boletim de Notícias - Edição nº 100 / 2014

Brasília, 09 de junho de 2014.

### **Mercado Institucional: Avaliação de programas no Brasil**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.06.2014



Comissão Pró-Índio de São Paulo - A publicação – que acaba de ser lançada pela Comissão Pró-Índio, Movimento Sem Terra e Movimento dos Atingidos por Barragens – discute as potencialidades e os limites dos programas de mercados institucionais destinados à agricultura familiar. A partir dos relatos das experiências de assentados, atingidos por barragens, indígenas e quilombolas são apresentados os desafios para acessar a tais políticas e programas.

A iniciativa integra a articulação das organizações parceiras de Christian Aid que busca contribuir para ampliar o acesso de agricultores familiares, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais aos programas de inclusão a mercados bem como possibilitar que a população conte com alimentos locais e saudáveis.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 100 / 2014

Brasília, 09 de junho de 2014.

Acesse:

em português <http://www.cpisp.org.br/pdf/MercadosInstitucional.pdf>

em inglês [http://www.cpisp.org.br/pdf/MercadosInstitucional\\_ing.pdf](http://www.cpisp.org.br/pdf/MercadosInstitucional_ing.pdf)

em espanhol [http://www.cpisp.org.br/pdf/MercadosInstitucional\\_esp.pdf](http://www.cpisp.org.br/pdf/MercadosInstitucional_esp.pdf)



**Boletim de Notícias** - Edição nº 100 / 2014

Brasília, 09 de junho de 2014.

---

**Peru: Bagua No se Olvida! Yacumama Vencerá...**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.06.2014

Há cinco anos atrás o levante/massacre indígena em Bagua, na Amazônia peruana, barrou a implantação do Tratado de Livre Comércio Peru-Estados Unidos.

Hermosa y profunda canción de Jorge Millones, dedicada a la ejemplar lucha amazónica de AIDSEP del 2008 y 2009 que marcó hito, frontera y horizontes, en la historia social peruana.

[https://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=HVKI Bowsxv0](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=HVKI Bowsxv0)



---

**Polícia Federal identifica antropólogos de ONGs e servidores da Funai que financiaram manifestação de índios em Brasília**

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 09.06.2014

O jornalista Claudio Humberto publicou ontem em eu blog a informação de que antropólogos ligados ao governo por meio de ONGs e servidores públicos ligados à Funai financiaram o protesto de índios em Brasília no final do mês passado. O questão indígena mostrou aqui que um antropólogo da ONG IIEB sugeriu que a exposição da taça da copa do mundo em Brasília no dia da manifestação dos índios era uma "oportunidade".

De acordo com o post do Claudio Humberto, a Polícia Federal foi acionada para investigar o caso e identificou servidores e antropólogos ligados ao governo federal ou financiados com recursos públicos, por trás do inesperado protesto dos índios.

Se a informação divulgada pelo jornalista estiver correta alguém deveria cobrar explicações da Presidente da Funai, Guta Assirati. Recentemente ela mesma assinou uma portaria através da qual a Funai pode usar recursos públicos para pagar passagens e hospedagens para lideranças virem a Brasília participar de eventos. Não raro esses eventos descambam para protestos como o que acabou com um policial fechado.

Apesar disso, Claudio Humberto, informa que o Governo ainda não decidiu se indicará servidores e antropólogos que estavam por trás da baderna indígena entregando o caso à Justiça.



---

**Audiência no Ministério dos Transportes debate situação de rodovias no RS**  
SÍTIO RÁDIO MISSIONEIRA, 09.06.2014

*Parlamentares cobram a conclusão das obras na BR 386 que enfrenta problemas com indígenas*

Deputados federais e senadores integrantes da Bancada Gaúcha no Congresso Nacional estiveram reunidos em audiência com o ministro dos Transportes, César Borges, na última quarta-feira (4/6). O deputado federal Luis Carlos Heinze (PP/RS), presente na audiência, cobrou posicionamentos sobre várias rodovias, além de levantar o debate sobre a ponte que liga Itaqui a Uruguaiana.

Dentre as rodovias em pauta, a BR 386, no trecho entre Tabai e Estrela, que deve fazer parte dos trabalhos da Bancada Gaúcha nas próximas semanas. Em acordo com a Funai e com prefeitos da região, os parlamentares querem viabilizar um local provisório para realocar os índios caingangues enquanto as 30 casas, que estão sendo construídas pelo Dnit, são concluídas. A medida é necessária já que hoje os índios vivem à margem da rodovia e exigem a mudança para permitir que as obras sejam concluídas. "O trecho até a divisa com Santa Catarina ainda precisa ter o projeto de viabilidade concluído", informou Heinze.

Um dos gargalos da Fronteira Oeste do estado, a travessia de 1,7 mil metros sobre o rio Ibicuí, na BR 472 que liga Uruguaiana a Itaqui, foi trazido ao debate pelo deputado Heinze. "Essa ponte de apenas uma via, construída em 1888, é importante para o escoamento do arroz beneficiado na região, mas essa condição atrapalha o desenvolvimento", enfatizou. Sobre o assunto, o ministro César Borges sugeriu que os parlamentares busquem uma solução junto ao Ministério do Planejamento.

Fonte: Assessoria de Imprensa Heinze



**PF investiga firmas falsas para formar o SDD**

SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 09.06.2014

A coluna do jornalista Felipe Patury, da revista Época, traz uma acusação grave contra o sindicalista Paulo Pereira da Silva. A nota, apurada pelo jornalista Leonel Rocha, informa que 2,5 mil assinaturas teriam sido falsificadas pela legenda. Leia abaixo:

PF investiga assinaturas falsas em fichas de filiação do Solidariedade

LEONEL ROCHA

Os peritos da Polícia Federal constataram a falsificação de 2.500 assinaturas em fichas de filiação do Solidariedade, legenda de oposição criada pelo deputado Paulo Pereira da Silva (SP), o Paulinho da Força. Segundo a PF, assessores e funcionários de Paulinho preencheram as fichas da Justiça Eleitoral para formar o partido, e um estelionatário de Brasília foi contratado para copiar as rubricas de filiados do Sindilegis, entidade dos servidores do Legislativo. O caso será analisado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Paulinho diz que não houve falsificações.

Governo pagou sem saber por protesto indígena

O governo federal custeou indiretamente e sem saber o fatídico protesto de índios em Brasília no dia 27 de maio que acabou ferindo um policial militar com uma flecha disparada por um integrante da marcha próximo ao Estádio Mané Garrincha. Segundo o portal Diário do Poder, a Polícia Federal identificou servidores e antropólogos ligados ao governo ou financiados com recursos públicos na organização do ato que pedia a demarcação de terras.

O site informa ainda que recursos públicos também foram usados pelos antropólogos ligados à Funai e Funasa, ilegalmente, para levar índios a Brasília "como gado. ONGs teriam feito os índios protestarem contra o projeto de transferir a demarcação de terras ao Congresso. O projeto retira poder das ONGs.

O Planalto avalia a possibilidade de a PF indiciar e entregar à Justiça servidores e antropólogos que estavam por trás do protesto.

A confusão começou quando os índios, que estavam à frente do ato, tentaram passar por uma barreira formada pela cavalaria da PM, para impedir que a manifestação chegasse ao estádio. Os policiais usaram dezenas de bombas de gás para dispersar o grupo, que revidou jogando paus e pedras na polícia. Alguns dispararam flechas em direção aos cavalos utilizados pela PM. Uma delas atingiu o cabo Cleber José Ferreira, do Batalhão de Cavalaria, que foi perfurado na perna esquerda.

Fonte: Brasil 247